

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME



PESQUISA

BANCOS DE ALIMENTOS

EM MERCADOS ATACADISTAS
DE ALIMENTOS BRASILEIROS

RELATÓRIO



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)

José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Lilian dos Santos Rahal

DIRETORA DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Patrícia Chaves Gentil

COORDENADORA-GERAL DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Carmem Priscila Bocchi

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO (ABRACEN)

PRESIDENTE

Bruno Rodrigues de Souza

1º VICE-PRESIDENTE

Sr. José Lourenço Pechtoll

2º VICE-PRESIDENTE

Carlos Siegle de Souza

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO)

DIRETOR GERAL DA FAO

Qu Dongy

REPRESENTANTE DA FAO NO BRASIL

Jorge Meza

ELABORAÇÃO DO ESTUDO

Walter Belik

Altivo Almeida Cunha

Editoreção Eletrônica, Projeto Gráfico e Diagramação

CT Comunicação





Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Pesquisa - Banco de Alimentos em Mercados Atacadistas de Alimentos Brasileiros : relatório / Walter Belik, Altivo Almeida Cunha. - 1. ed. - Brasília, DF : MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2025. 66 p. ; PDF.

ISBN 978-65-01-88262-8

1. Ambiente alimentar. 2. Direito à alimentação. 3. Direitos fundamentais sociais. 4. Políticas públicas. 5. Segurança alimentar. I. Belik, Walter. II. Cunha, Altivo Almeida. III. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CDU 304(81)

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	06
2 UNIVERSO AMOSTRAL E REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA E METODOLOGIA DE COLETA	10
3 ASPECTOS HISTÓRICOS E PANORAMA GLOBAL	14
4 BANCOS DE ALIMENTOS EM MERCADOS ATACADISTAS DE ALIMENTOS -MAAS	25
5 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS GERENCIAIS E DE GESTÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS	34
6 INFRAESTRUTURA E RECURSOS ORGANIZACIONAIS	42
7 CARACTERÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS DOS BANCOS DE ALIMENTOS	50
8 PRIORIDADES FUTURAS DOS BANCOS DE ALIMENTOS	56
9 CONCLUSÕES	60
REFERÊNCIAS	64







APRESENTAÇÃO





Walter Belik e Altivo Almeida Cunha¹

A presente pesquisa é uma iniciativa conjunta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura-FAO Américas, da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (Abracen) e da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SESAN/MDS) e foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2024 de forma remota.

Diversos mercados atacadistas brasileiros implementaram Bancos de Alimentos (BA) em seus entrepostos para aproveitar e direcionar o excedente de produtos não comercializados. Nas Centrais de Abastecimento, os projetos de Banco de Alimentos articulam-se operativamente para melhorar a gestão de resíduos nos entrepostos e favorecer a promoção da Segurança Alimentar, educação alimentar e orientação nutricional para as comunidades de seu entorno. Todavia, não havia um conhecimento sistematizado das diversas formas de operação desses Bancos de Alimentos e nem a sua efetiva contribuição para a sustentabilidade e para a Segurança Alimentar e Nutricional das comunidades de atuação.

Os Protocolos de cooperação estabelecidos entre a FAO-Brasil e a Abracen em 2023, e entre a Abracen e o MDS em 2024 estabeleceram as condições fundamentais para realizar esta pesquisa inédita. Essa cooperação tripartite possibilitou identificar a existência de 31 Bancos de Alimentos associados a mercados atacadista de alimentos no Brasil. No entanto, vale mencionar que o alcance destas organizações é ainda maior, pois alguns Bancos de Alimentos de Ceasas estaduais como as do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina realizam ações de recolhimento e doação de alimentos em suas unidades do interior através de seu Banco de Alimentos sediado na unidade matriz destas empresas, fazendo com 41 entrepostos de Mercados atacadistas de alimentos que contem com este tipo de serviço.

Esta pesquisa teve repostas de 28 Bancos de Alimentos em Ceasas que representam 90% do universo desses equipamentos. Foram investigados aspectos referentes à sua fundação, controle acionário, administração e formas de operação.

Trata-se do primeiro levantamento feito no Brasil sobre a operação de Bancos de Alimentos nas Ceasas e que deverá permitir estabelecer características desses equipamen-

¹ Consultores do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/RLC)

tos, realizar comparações internacionais e formatar políticas que permitam a melhoria de sua eficiência.

Para que os resultados dessa pesquisa possam ser analisados no contexto brasileiro esse estudo é ser precedido por uma breve apresentação dos conceitos e da evolução histórica dos Bancos de Alimentos e das Centrais de Abastecimento, situando o Brasil no panorama internacional. Em seguida, são apresentadas algumas notas sobre a importância dos Bancos de Alimentos em mercados atacadistas públicos para demonstrar que o caminho estabelecido pelas iniciativas das Ceasas brasileira aponta

na direção correta, tendo em vista os compromissos ambientais e de garantia da segurança alimentar e nutricional de governos e da sociedade civil.

Na terceira parte desse informe são apresentados os pressupostos metodológicos que nortearam a pesquisa para, finalmente, na quarta sessão detalharmos os resultados obtidos no levantamento. No item final desse documento apresentamos as conclusões e recomendações de políticas a serem desenvolvidas em nível de governo e comerciantes do ponto de vista regulatório e de alteração na infraestrutura disponível.







UNIVERSO AMOSTRAL E REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA E METODOLOGIA DE COLETA



Como mencionado, o universo amostral desta Pesquisa, mensurado por esta cooperação é de 31 Bancos de Alimentos associados a Mercados Atacadistas de Alimentos no Brasil. A pesquisa foi realizada através de questionário eletrônico aprovado pelos parceiros e coordenado pela FAO-Américas, no período de 18 de novembro a 4 dezembro de 2024. A pesquisa recebeu resposta de 28 Bancos de Alimentos associados a Mercados Atacadistas de Alimentos em 11 estados da União, representando mais de 90% do universo amostral. Os

dados foram analisados criticamente, sendo solicitadas revisões ou complemento de informações durante o mês de janeiro para diversos respondentes, o que garantiu qualidade de dados e diminuição de possíveis vieses para informações objetivas.

A tabela 1 apresenta um resumo das informações recolhidas no levantamento. Uma vez que a pesquisa não teve caráter sigiloso, pode-se acompanhar as principais cifras identificadas por unidade de Banco de Alimento participante.



TABELA 1

BANCOS DE ALIMENTOS EM MERCADOS ATACADISTAS: PRODUTOS DOADOS, INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS, PESSOAS ATENDIDAS E DOADORES. 2024

#	Município	UF	Total de produtos doados em ton / ano*	número de instituições beneficiárias	número de pessoas beneficiárias	Parceiros doadores
1	Curitiba	PR	3.392,0	139	73.596	574
2	Sistema Campinas*	SP	3.234,0	310	173.100	325
3	São Paulo	SP	1.355,1	866	55.960	148
4	São José	SC	1.257,0	110	53.295	
5	Porto Alegre	RS	1.200,0	250	23.000	313
6	Contagem	MG	902,2	125	25.000	50
7	Rio de Janeiro	RJ	721,5	401	98.540	4
8	Maracanaú	CE	720,0	110	30.000	170
9	Bauru	SP	600,0	60	60.000	80
10	Santo André	SP	463,7	127	50.000	10
11	Brasília	DF	350,0	115	80.000	38
12	São Luis	MA	300,0	106	27.000	25
13	Sorocaba	SP	255,7	62	6.619	47
14	Piracicaba	SP	253,6	30	200	45
15	Uberlândia	MG	166,7	115	68.000	502
16	Teresina	PI	160,0	22	15.000	315
17	São José do Rio Preto	SP	150,0	18	1.600	122

#	Município	UF	Total de produtos doados em ton / ano*	número de instituições beneficiárias	número de pessoas beneficiárias	Parceiros doadores
18	São José dos Campos	SP	80,0	15		70
19	Araçatuba	SP	33,0	4	100	11
20	Araraquara	SP	15,8	20	5.800	7
21	Franca	SP	7,2	7	350	6
22	Ribeirão Preto	SP	1,7	71	3.000	60
23	Marília	SP	1,6	5	300	10
24	Caxias do Sul	RS	1,1	114	13.000	1.224
25	Natal	RN	0,5	70	20.000	80
26	Poços de Caldas	MG	0,5	55	8.953	132
27	Anápolis	GO	0,3	21	18.576	18
28	Presidente Prudente	SP	0,1	32	2.500	40
Total			15.623	3.380	913.489	4.426

* O entreposto de Campinas conta com 2 bancos de Alimentos que atuam de forma coordenada, o ISA, mantido pelos permissionários e o Banco de Alimentos de Campinas, Municipal. Os dados quantitativos dos dois Bancos de Alimentos são somados.

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

Os outros indicadores apresentados na Tabela 1 demonstram as enormes diferenças em relação ao público atendido e ao universo de doadores. Há uma grande heterogeneidade na forma de se computar os registros, principalmente no caso dos beneficiários. Isso ocorre por diversos motivos: os controles administrativos são incipientes e, como os Bancos de Alimentos muitas vezes não chegam à ponta do atendimento as informações são precárias.

A dificuldade na uniformização das informações é patente, apesar da presente pesquisa ter buscado a confirmação de algumas cifras diretamente de forma a contabilizar os atendimentos. Observa-se também que alguns Bancos de Alimentos de grande e médio porte repassam doações para outros Bancos de Alimentos (públicos e/ou não governamentais) em sua região de atuação, o que faz com que seu número.

HIERARQUIZAÇÃO DAS CEASAS (PROHORT)

A CONAB-Companhia Brasileira de Abastecimento acompanha regularmente o desempenho comercial dos mercados atacadistas de alimentos através do Prohort - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado de Hortigranjeiro, elaborando um ranking de comercialização destes mercados a partir da

quantidade de valor da comercialização de produtos hortigranjeiros e grãos.

Os dados são fornecidos pelos mercados conveniados ao Prohort em informações mensais para quantidade e valor comercializado, sendo que seus dados devem ser analisados

considerando os seguintes aspectos metodológicos: 1) existe variação no número de mercados atacadistas informantes por período, o que pode fazer com que o número total de mercados informantes varie de ano a ano, 2) os dados informados podem passar por revisão crítica até o ano seguinte.

Nesta pesquisa foram utilizados os dados do ano de 2022 para quantidade comercializada

de hortigranjeiros para 60 mercados atacadistas, que representam os principais mercados atacadistas brasileiros, cujo número total é estimado em 75 mercados com função atacadista no Brasil. Os dados referentes à Nova Ceasa (PI) e Ceasa-RN em Natal foram estimados a partir de informações destas empresas para definição do ranking utilizado neste estudo.²

HIERARQUIZAÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS: BANCOS CENTRAIS E LOCAIS

Observa-se pela tabela 1 diferentes escalas operacionais de Bancos de Alimentos em mercados atacadistas nacionais. As sete primeiras posições em termos de quantidade doada são Bancos de Alimentos situados em Capitais ou Regiões Metropolitanas. Outras unidades também estão em capitais ou áreas urbanas importantes como Brasília, Campinas e Santo André, mas apresentam operações de menor porte com alcance regional. Finalmente, observa-se uma quantidade significativa de filiais e outros pequenos Bancos de Alimentos com alcance local. A relação dessas três categorias com doadores e com as instituições beneficiárias é diferente entre si.

Nos grandes centros urbanos, as doações de permissionários são frequentes e normalmente há uma fila de instituições para serem cadastradas e receberem benefícios. Nas Ceasas Regionais alguns programas de doação atendem políticas municipais ou regionais como a alimentação escolar ou cestas básicas distribuídas pela assistência social. Já nas Ceasas locais, há uma significativa parte de doações que chegam de agricultores ou distribuidores locais, campanhas de doação por ocasião de eventos festivos encaminhadas para pequenas organizações locais que recebem os benefícios. ■

² O termo "Ceasa" é utilizado neste estudo como forma discursiva para referir-se a mercados atacadistas de alimentos. Formalmente, nem todos Mercados Atacadistas de Alimentos usam a marca Ceasa.



ASPECTOS HISTÓRICOS E PANORAMA GLOBAL



O modelo que conhecemos hoje de Bancos de Alimentos pode ser considerado relativamente recente. Pouco mais de 50 anos nos separam daquilo que foi considerado o marco inicial do movimento de Bancos de Alimentos, que foi o sistema de doações para a criação da cozinha comunitária da Igreja de St. Mary na cidade de Phoenix, Arizona – EUA em 1967. A atividade de caridade tem origem milenar e a doação de alimentos vem sendo praticada por diversos grupos sociais e denominações religiosas desde o início da história da civilização. Entretanto, a inovação registrada na época foi a criação de um incipiente Banco de Alimentos partindo de uma ação estruturada que centralizava as doações, supervisionava a sua qualidade e oferecia um atendimento direto a um público vulnerável.

Embora a origem desse sistema esteja ligada historicamente ao trabalho dos

voluntários para atendimento do público local, observa-se que atualmente há um enorme movimento envolvendo milhares de organizações, coletando doações em escala global e realizando atendimentos a milhões de indivíduos em mais de 50 países.

De fato, atualmente os Bancos de Alimentos se apresentam nos mais diversos formatos e segundo as mais diferentes características. Nos países desenvolvidos, os Bancos de Alimentos são pequenos pontos de uma extensa rede que atende diferentes comunidades em situação de vulnerabilidade. O trabalho é voluntário e as doações são encaminhadas por indústrias, distribuidores ou estabelecimentos varejistas que muitas vezes recebem incentivos tributários para a realização de doações. O atendimento é individualizado, em muitos casos refeições são servidas e consultas profissionais estão disponíveis para o público. Já nos países em desenvolvimento, os Bancos de Alimentos têm desafios redobrados dado o volume de



ajuda necessário à população e, nesses casos, há um suporte significativo do Estado ou organizações paraestatais como fundações e sindicatos. Nesses países, o atendimento é realizado indiretamente por meio de instituições de assistência ou ONGs cadastradas e raramente se observa algum tipo de dedução fiscal à disposição dos doadores. Em casos de conflitos e degradação dos Estados Nacionais, o papel de Banco de Alimentos é exercido pelo PMA – Programa Mundial de Alimentos, ligado às Nações Unidas, que coleta doações de países e de grandes corporações dirigindo essa ajuda humanitária para as zonas afetadas por guerras ou desastres naturais.

Na sua origem, talvez em função das suas ligações com entidades religiosas, os Bancos de Alimentos atuavam em apenas uma dimensão, contribuindo para um maior acesso para a Segurança Alimentar e Nutricional. De maneira natural, o papel dos Bancos de Alimentos nas duas primeiras décadas acabou concentrando-se no fornecimento de alimentos à população carente, atuando como linha auxiliar do Estado.

Nesse início, os Bancos de Alimentos poderiam ser comparada às casas paroquiais em um sistema de operação semelhante ao estabelecido pelas “Poor Laws” de 1601 na Inglaterra e País de Gales. Essas leis deram origem ao primeiro sistema de proteção social do mundo ocidental, depois aperfeiçoado ao final do século XVIII - durante a revolução industrial.

Originalmente, o sistema previa que as paróquias se encarregassem de abrigar os pobres e miseráveis por meio de repasses de recursos tributários transferidos pela coroa. Mais tarde, são estabelecidas coberturas gerais com doações de cestas de alimentos

com valores reajustados e cobertos por taxas sobre os negócios locais. Demonstrando uma grande organização administrativa, o sistema era centralizado, mas executado localmente, garantindo uma relativa paz social em um período considerado crítico para o desenvolvimento das relações de trabalho (Ravaillon, 2013, Salay, 2023).

Vale sublinhar que a doação de alimentos, seja por meio das paróquias ou pelos Bancos de Alimentos, não poderia ser considerada como equivalente ao atendimento de um direito social, muito embora a sua contribuição para a justiça social possa ser estimada como significativa.

Mais adiante no tempo, em face da agitação social no continente europeu, as reformas promovidas por Bismarck na Prússia (1880) elevam o papel da família e da igreja, que passam a assumir importantes funções na promoção da cidadania oferecendo um tratamento focalizado e individualizado à população carente.

Ao final da II Grande Guerra, a partir do exemplo da Inglaterra (Relatório Beveridge de 1942) as políticas de assistência social assumem um caráter público, tornam-se mais abrangentes e universais e, na “idade de ouro do capitalismo” - com pleno emprego e crescimento econômico passam a ser disseminadas por diversos países ocidentais, inclusive no Brasil (Curralero, 2012; Lavinas, 2013).

Mais recentemente, com a ascensão das políticas neoliberais e de “Estado Mínimo” a partir de meados dos anos 1980, ocorre uma reversão e esse sistema de proteção social e universal começa a ser desmontado. Ao mesmo tempo, o papel dos Bancos de Alimentos, enquanto organização in-

dependente, não-estatal e autofinanciável, vai ser resgatado com lugar de destaque. Ao mesmo tempo que se dá a ampliação da quantidade de Bancos de Alimentos no mundo todo, incorpora-se uma segunda dimensão ao tradicional fornecimento de refeições e alimentos, qual seja: a dimensão de preservação ambiental. Com isso, os Bancos de Alimentos assumem também o seu importante papel como indutor na redução das perdas e desperdícios de alimentos. O crescimento dos Bancos de Alimentos ao redor do mundo ilustra esse movimento abrangente.

Nos Estados Unidos, a America's Second Harvest, fundada em 1979, passa a reunir 200 unidades e 50 mil agências locais de captação e doação no vasto território norte-americano. No Canadá o primeiro banco de alimentos data de 1981, e em 1988 foi criada a Associação Canadense de Bancos de Alimentos.

Na Europa, a iniciativa teve início em 1984, quando foi criado o primeiro Banco de Alimentos europeu em Paris. Em 1985 foi a vez da Bélgica, depois Espanha e assim se espalhou por vários outros países. Em 1986 foi criada a Federação Europeia de Bancos de Alimentos, que procurou unir experiências de Bancos de Alimentos de diferentes países para encontrar soluções apropriadas aos diversos problemas relacionados ao combate à fome. O surgimento da Federação Europeia significou a criação de uma organização com representatividade para negociar com autoridades e outras organizações de ajuda (como, por exemplo, o Fundo Social da Comunidade Europeia), além de ter maior capacidade de influenciar a opinião pública visando o consumo consciente de alimentos.

Em 1987, surge o primeiro Banco de Alimentos da América Latina no México, com ligações indiretas com o governo e com o objetivo de amenizar a crise financeira e cambial do período para a população mais pobre. Segue-se o início de operações, pela ordem, dos bancos no Brasil, Paraguai e Colômbia nos anos 90 e, já nos anos 2000, no Equador, Argentina e Guatemala. Nessas duas décadas, constituem-se também a maioria dos Bancos de Alimentos no continente africano e na Ásia. Posteriormente, novos Bancos deverão surgir por inspiração e assessoria da GFN - Global FoodBanking Network, uma organização mundial independente com sede nos Estados Unidos, criada em 2006 (Basilico & Figueroa, 2020).

Mais especificamente, no Brasil, este tipo de trabalho começou em São Paulo, igualmente por iniciativa da sociedade civil (Belik, 2023). Na tentativa de montar um modelo similar ao dos Estados Unidos, baseado na parceria com o setor de indústrias e distribuição de alimentos nascia em 1994 o MESA São Paulo, ação do SESC de São Paulo³. Dois anos depois, o programa do SESC inicia o trabalho de Colheita Urbana, visando dar destinação imediata às sobras de alimentos in natura do comércio. Em 1998 outra iniciativa da sociedade civil começou a atuar em São Paulo com a criação da ONG denominada "Banco de Alimentos".

Em âmbito governamental, o Banco Municipal de Alimentos de Santo André sediado na CRAISA – Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André, mercado atacadista que serve à região do Grande ABC em São Paulo foi uma das iniciativas pioneiras, que teve início em 2000.

³ O Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição brasileira paraestatal sem fins lucrativos. O SESC coordena o Programa Mesa Brasil. Criado em 2003, o programa realiza a coleta dos alimentos que seriam descartados e os envia para as instituições que fazem o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar. Realiza também ações educativas em comunidades carentes sobre nutrição e como ter uma alimentação adequada e saudável com ingredientes que são distribuídos.

EVOLUÇÃO DOS MERCADOS ATACADISTAS DE ALIMENTOS

Do ponto de vista dos mercados atacadistas de alimentos a operação de Bancos de Alimentos parece ser um óbvia extensão de suas atividades. Esses mercados comercializam diariamente grandes quantidades de alimentos frescos com elevada perecibilidade. Estabelecimentos comerciais mais bem equipados e com quadro de profissionais capacitados apresentam perdas de alimentos reduzidas tendo em vista um bom planejamento de compras e o transporte e manipulação do alimento mais eficientes (Lima, 2019). Situação contrária ocorre em países de baixa renda com infraestrutura deficitária e nos quais o planejamento é de difícil execução. A quantidade de perdas varia na razão direta da infraestrutura e da eficiência da operação, mas, de maneira geral, os mercados sempre tiveram que lidar com perdas de alimentos.

Na medida que os mercados atacadistas públicos começaram a se constituir na América Latina – ao final dos anos 1960, o problema das perdas passou a ser um problema das administrações. Ao se reproduzir o modelo dos mercados atacadistas tradicionais, desta vez em maior escala, as novas centrais atacadistas concentravam um grande volume de sobras gerando problemas com resíduos e atraindo os chamados “catantes”, pessoas de baixa renda em busca de alimentos descartados. Comentando sobre os problemas das perdas físicas e econômicas nas Ceasas do Brasil, Green (1994) menciona o fato que, ao contrário da Europa, os comerciantes brasileiros não conseguem se articular cadeia abaixo (downstream) e equilibrar a estacionalidade da produção. Em outro trabalho, Green, Gutman e Rocha dos Santos (1992) demonstram que na Europa a coordenação da cadeia já esta-

ria passando das mãos do atacadista para ao distribuidor logístico.

Analisando a história da instalação da grande central atacadista de alimentos de Rungis na França, Green (2003) destaca que a partir dos anos 1960 as condições sanitárias não adequadas e os problemas urbanos para a circulação de mercadorias e pessoas tornaram inviável a continuidade do tradicional mercado de Les Hales, criado em 1137 em Paris. Em 1969, o antigo mercado deu origem ao Mercado Internacional de Rungis, na periferia da cidade e atualmente com 232 hectares de área. Esse mercado é considerado o precursor da 3ª Geração de mercados atacadistas de alimentos. Essa geração de mercado se caracteriza pela escala de operações, flexibilização nas relações comerciais, atendimento especializado a nichos de mercado, tecnologias de cadeia de frio e, mais importante: preocupações com a sustentabilidade ambiental e tratamento de resíduos (Cunha, 2010).

Esse modelo de mercado de 3ª. Geração se expande por diversos países da Europa nos anos 1970 e 1980. Interessante mencionar o caso da França, na qual desde 1953 os mercados atacadistas de alimentos estão submetidos a uma legislação que os classifica como “Mercados de Interesse Público”. Na Espanha, por sua vez, uma legislação semelhante coloca o abastecimento como tema de interesse público e que, portanto, deve receber autorização do Estado para operar. Nesse sentido, explica-se a enorme rede de mercados atacadistas de alimentos em território espanhol pela constituição da MERCASA, empresa pública que construiu e atualmente administra 24 mercados atacadistas de alimentos em coparticipação

acionária com os municípios onde estes mercados estão sediados.

A operação dos Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento está vinculada diretamente com esse novo contexto econômico e social e também com as novas funções adquiridas por esses mercados ao longo das últimas décadas. No Brasil assim como em outros países da América Latina, as centrais de abastecimento ainda não conseguiram completar as suas transformações em direção a uma nova geração. Segundo levantamento realizado pela FAO-Américas em 2016 (Cunha, 2017) foram identificados 294 mercados atacadistas em 22 países da América Latina e Caribe. Em pesquisa direta com esses mercados, observou-se que a grande maioria dessas instalações se inaugurou entre o final dos anos 1960 e os anos 1980 sendo que praticamente todas as chamadas “Centrais Atacadistas de Referência” são desse período (FAO, 2020).

Inauguradas como grandes instalações e com funções normativas bastante abrangentes esses equipamentos não chegaram a incorporar as inovações organizacionais e técnicas que estavam ocorriam nos países desenvolvidos. Por esses motivos, tanto as Centrais Atacadistas de Referência como

também os denominados “Mercados Atacadistas Regionais” da América Latina e Caribe poderiam se situar em um nível de desenvolvimento correspondente à 2ª Geração de Mercados Atacadistas (Green, 2003) com as seguintes características: grande porte, setorização de produtos, normas de comercialização e informação de preços.

A introdução dos Bancos de Alimentos nos mercados latino-americanos a partir dos anos 1990, como mostra a pesquisa apresentada nesse volume, tinha suas motivações centrais na filantropia, mas, por outro lado, reservava objetivos mais modestos no que tange às questões ambientais.

Como ressaltam Belik, Cunha e Conta (2012) “Via de regra, os projetos de Bancos de alimentos e gestão de resíduos estão articulados operacionalmente, revelando uma nova tendência para as centrais de abastecimento em que os Bancos de alimentos atuam sinergicamente para melhorar a logística de recolhimento de resíduos sólidos, evitam a presença de catantes (indivíduos que coletam sobras alimentares para consumo próprio ou familiar) no entreposto e favorecem o desenvolvimento de iniciativas de segurança alimentar como a educação alimentar e orientação nutricional”.

OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS PARA REDUÇÃO DE PERDAS E DESPERDÍCIOS DE ALIMENTOS

Na Cúpula Mundial da Alimentação, que teve lugar em Roma em 1996, os 191 países presentes se comprometeram com metas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional para 2015. Como se sabe, a meta de redução pela metade no número de pessoas subnutridas foi, mais tarde reformada na famosa “Cúpula do Milênio” que se reuniu na sede das Nações Unidas em Nova Iorque

no ano de 2000. Nessa reunião, as 191 nações presentes assinaram a Declaração do Milênio que estabelecia oito objetivos globais para o mesmo ano de 2015.

O primeiro Objetivo do Milênio (ODM) tratava do tema da fome e estabelecia uma meta de redução pela metade da porcentagem de pessoas subnutridas até 2015.

Entre as duas metas estabelecidas – número absoluto e porcentagem, estima-se que haveria uma diferença significativa de milhões indivíduos, o que já dava algumas pistas sobre as dificuldades de articulação colocadas nas negociações internacionais. Os demais ODMs tratavam de igualdade entre os sexos, mortalidade infantil, saúde, qualidade de vida e meio ambiente. Nesse particular, o Objetivo 7 estabelecia o compromisso de redução da emissão de gases de efeito estufa, aumento das áreas de conservação e redução do desmatamento. Para que esse objetivo pudesse ser atingido não se observa nenhum detalhamento e nem qualquer menção à redução de perdas e desperdícios de alimentos.

Em uma visão retrospectiva, voltando aos acordos da Reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987 – Nosso Futuro Comum, estabelece de forma pioneira o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”. Nesse relatório, conhecido como Relatório Brundtland, reconhece-se a necessidade de aumentar a produção de alimentos, mas alerta para as pressões ambientais decorrentes da monocultura (Brundtland, 1991).

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Cúpula da Terra do Rio de Janeiro – ECO 92, os países reunidos firmam o compromisso da Agenda 21. Nesse documento, com dezenas de resoluções, há uma confiança de que a abertura das economias e o comércio livre teriam o poder de pressionar os países por ações em favor do meio ambiente. Sugere-se também que os países ricos possam financiar ações nos países em desenvolvimento contemplando inclusive o abatimento de dívidas.

No capítulo referente às mudanças no padrão de consumo, os acordos preconizam uma melhoria na eficiência do uso de recursos naturais até o ano 2000 e, sem colocar metas, defende a necessidade de redução nos resíduos. Tratando quase que exclusivamente dos resíduos sólidos e embalagens, são preconizadas ações voltadas para a reciclagem (ONU, 1995). No capítulo referente ao Desenvolvimento rural há uma crença otimista de que é possível melhorar a eficiência dos processos e que as novas tecnologias e assistência técnica adequada poderão garantir mais produção com menos insumos (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1995).

Nas Conferência das Partes (COPs) que se inauguram em 1995, inclusive a de 1997 em Kyoto, Japão (COP 3) cujas resoluções são a base para os protocolos do clima negociados continuamente até os dias atuais, a preocupação imediata é com os compromissos para a redução da emissão de gases de efeito estufa de maneira genérica.

Especificamente, o tema das perdas de alimentos volta ao debate com a Conferência “Rio + 20” em 2012. Dentro do contexto do Desenvolvimento Sustentável e a partir da denominação de “economia verde” aparece de maneira inédita a seguinte passagem: “We also recognize the need to significantly reduce post-harvest and other food losses and waste throughout the food supply chain.” (ONU, 2012 parágrafo 110). Vale mencionar que nesse período já havia uma preocupação dos Bancos de Alimentos com relação à questão ambiental, ampliando a sua área de ação além das iniciativas de combate à fome.

Finalmente, essa preocupação com o aproveitamento dos alimentos acaba sendo consagrada e aparece de forma consistente na Conferência do Desenvolvimento Sustentável de 2015. Nessa reunião, realizada na sede da ONU em Nova Iorque reconhece-se indiretamente a frustração com as metas alcançadas até então e dobra a aposta para o horizonte de 2030. Nesse sentido, o ODS 2 estabelece metas para acabar com a fome e todas as formas de desnutrição, ao contrário dos compromissos anteriores que pretendiam reduzir a fome. Também, de maneira inédita, as metas de combate à fome não se apoiam no aumento da produção de alimentos de forma extensiva, mas sim no aumento da produtividade agrícola e incremento do valor adicionado (Objetivo 2.3). Finalmente, o grande avanço alcançado em 2015 foi a incorporação do Objetivo 12, que sob o mesmo guarda-chuva do Consumo e Produção Responsável constitui o compromisso de “Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita” (ODS 12.3).

O tema da necessidade de redução de Perdas e Desperdício de Alimentos assume importância nas mesas de debate internacional a partir dos estudos desenvolvidos pelos cientistas do Swedish Institute for Food and Biotechnology (SIK), no final dos anos 2000 comissionados pela FAO para apresentação no Congresso Internacional Interpack 2011 em Dusseldorf, Alemanha (Gustavsson, 2011). Todavia, vale lembrar que quando a FAO foi criada nos anos 1940 a redução de PDA fazia parte do seu mandato e na 1ª Cúpula Mundial da Alimentação de 1974 a redução de perdas na pós-co-

lheita foi apresentada como estratégia para se elevar a oferta de alimentos. Segundo Parfitt et al (2010) naquele momento se calculava as perdas nas culturas de grãos em 15% e a proposta colocada era um compromisso mundial de redução desse montante em 50% até 1985. Ao longo dos anos, a FAO foi incorporando novas estatísticas sobre outras culturas, principalmente raízes e tubérculos, frutas e legumes.

Com base nessas informações, que normalmente eram utilizadas pela FAO para o cálculo potencial da ingestão alimentar nos países, o relatório do SIK apresentou a cifra de 32% de toda a produção agropecuária perdida ou desperdiçada, o que representaria 1,3 bilhão de toneladas anuais. Lipinski et al. (2013) calculariam 26% da produção de alimentos em termos calóricos.

Embora os cientistas estivessem trabalhando com dados parciais sobre PDA há muito tempo e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) já tivesse séries consolidadas por produto nas fases de dentro da porteira e, nos anos 90 para o desperdício no varejo, food service e nos lares (Kantor et al., 1997) o dado que veio à público com o relatório da FAO causou um enorme impacto.

Evidentemente, havia um interesse direto da indústria de embalagens para o mostrar o potencial de redução que poderia ser proporcionado pelo uso correto do empacotamento e manipulação de alimentos. Ainda assim, a informação teria se apresentado com enorme atração para os ambientalistas que queriam combater o discurso produtivista e neo-malthusiano que apontava para sucessivos aumentos na oferta de alimentos como estratégia para reduções de preços e melhoria do acesso dos grupos vulneráveis ao escasso alimento.

A ATUAÇÃO BRASILEIRA NO COMBATE ÀS PDAS

No Brasil, os primeiros estudos abrangentes que deram origem a uma estratégia nacional para o combate às Perdas e Desperdício de Alimentos tiveram início em 2015 e 2016, sob coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social. Nesse período tanto as organizações sociais que realizavam trabalhos de coleta e processamento de alimentos descartados, quanto os técnicos e cientistas brasileiros já viviam uma grande maturidade em relação ao tema. Antes mesmo dos compromissos assumidos pelo país na Conferência da ONU de 2015, o Brasil já havia lançado a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, com o aproveitamento de resíduos orgânicos para compostagem e produção de biogás. Em 2016 o MDS convoca um comitê de especialistas e, com a ajuda de consultores da FAO, lança em novembro de 2017 a Estratégia intersetorial para a redução de perdas e desperdício de alimentos no Brasil, aprovada na CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional no ano seguinte.

Nesse documento oficial são propostas diversas ações por parte do governo e da sociedade civil seja no campo da legisla-

ção, regulação ou mesmo investimentos. No caso das Centrais de Abastecimento, se reconhece o papel primordial desses equipamentos na redução de PDA e a importância dos seus Bancos de Alimentos enquanto fonte qualificada para arrecadação de alimentos. Todavia, tendo em vista o cenário político formado com o impeachment da Presidenta Dilma e, mais tarde, a posse de Bolsonaro no Palácio do Planalto, todos esses documentos e propostas foram descontinuadas. Ironicamente, com a pandemia causada pela COVID-19 e a extrema situação de insegurança alimentar das famílias os Bancos de Alimentos – principalmente aqueles localizados nas Ceasas foram convocados para ampliar o seu foco de atuação.

Em 2023 com a mudança de governo o MDS reativa os seus grupos de trabalho e propõem uma atualização da antiga Estratégia. Os novos grupos de trabalho contam com a participação de membros da sociedade civil, legislativo, judiciário e o IBGE, que havia sido convocado anteriormente para a criação de indicadores e o estabelecimento de metas.







**BANCOS DE
ALIMENTOS EM
MERCADOS
ATACADISTAS DE
ALIMENTOS - MAAS**





O estabelecimento de Bancos de Alimentos em Mercados Atacadistas de Alimentos em aumentado progressivamente em diversos países desde os anos 2000 em função da elevada sinergia de unidades de recolhimento e doação de alimentos em mercados com comercialização em grande escala de produtos perecíveis.

Na Espanha, os dois maiores mercados atacadistas estabeleceram parcerias com a entidade Fundación Banco de Alimentos (ONG sem fins lucrativos) concedendo áreas para operação de Bancos de Alimentos em 2000 no MercaMadrid e em 2002 no Merca Barcelona. Atualmente existem Bancos de alimentos operando em 16 mercados atacadistas espanhóis, que somam agregadamente em torno de 10 mil metros quadrados de área operacional (Mercasa, 2016). Na

França, na grande Central de Distribuição de Rungis, a ANDES- Association Naturelle de Développement des Épiceries Solidaires, fundada em 2008 realiza toda a operação do Banco de Alimentos

Na América latina este movimento começa mais tardiamente nas centrais de abastecimento. A CEDA, a grande Central de Abastecimento atacadista da Cidade do México inaugura seu Banco de Alimentos em 2015⁴. Na Colômbia, CORABASTOS o grande mercado atacadista de Bogotá, cria seu Banco de Alimentos em 2016.⁵ Em Santiago, Chile o mercado atacadista Lo Valledor já contava com iniciativas de recolhimento e distribuição de excedentes desde os anos 2010, cria seu Banco de Alimentos em 2019⁶. No mesmo ano o Mercado Central de Buenos Aires firma um acordo de cooperação para um Banco de alimentos, tendo seu entreposto como local de arrecadação.⁷

⁴ <https://www.razon.com.mx/ciudad/2015/03/12/ceda-crea-banco-de-alimentos-para-asilos-orfanatos/>

⁵ <https://www.cec.org.co/index.php/sistema-informativo/la-iglesia-en-colombia/corabastos-y-el-banco-de-alimentos-3-a-nos-ganandole-la>

⁶ <https://mercadovalledor.cl/mercado-lo-valledor-y-la-fundacion-banco-de-alimentos-un-compromiso-vital-contra-el-desperdicio-alimentario>

⁷ <https://mercadocentral.gob.ar/news/firma-de-convenio-con-banco-de-alimentos>

O CASO BRASILEIRO: A PRIMEIRA ONDA, BASES INICIAIS E LEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL

No Brasil, o movimento do estabelecimento de Bancos de Alimentos em mercados atacadistas remonta ao fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 e segue até 2016. A primeira onda de criação de Bancos de Alimentos no Brasil pode ser atribuída ao estabelecimento de iniciativas de diversos mercados atacadistas, tanto de grande porte como de atuação local. Grandes Centrais de Abastecimento como a Ceagesp, Ceasaminas, Ceasa-RS e Ceasa-Campinas criaram BAs neste período, sendo também criados BAs em entrepostos atacadistas do interior do Estado de São Paulo, filiais da Ceagesp, de forma autônoma.

Muitas destas iniciativas caracterizavam recebimento, pré-seleção e doação de alimentos para instituições, famílias e indivíduos, com envolvimento de organizações públicas e privadas, prefeituras, associação de comerciantes e do Serviço Social do Comércio - SESC Mesa Brasil. Conceitualmente, algumas destas iniciativas poderiam ser consideradas projetos de “colheita urbana”, não se caracterizando rigorosamente com Bancos de Alimentos.

Estudos nacionais atribuem o pioneirismo da criação do primeiro Banco de Alimentos em um mercado atacadista de alimentos no ano de 2000 à iniciativa da CRAISA - Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo de 2000. (Santos e Ribeiro, 2010).

No entanto, na década de 1990, algumas iniciativas que articulavam a coleta e distribuição de alimentos não comercializados nos mercados atacadistas já vinham sendo

desenvolvidas, no entanto, sem caracterizar plenamente os processos que definem Bancos de Alimentos.

As perdas de produtos hortigranjeiros na esfera da comercialização atacadista eram fenômenos identificados por diversos especialistas desde os anos 1980, como os estudos de Mukay & Kimura (1986) para a Ceasa-MG (hoje Ceasaminas) e Tsunechiro et al. (1994) para o ETSP de São Paulo, constatando uma proporção de perdas muito elevadas em relação aos padrões sugeridos pela FAO, entre 1% e 3% de perdas (Densley, 1999).

Este elevado índice de perdas em mercados atacadistas brasileiros é decorrente de ineficiências nos processos logísticos e da falta de investimentos na cadeia de frio. É relevante observar que os mercados atacadistas de alimentos brasileiros passaram por uma profunda crise gerencial e operacional com o fim do SINAC (Sistema Nacional de Abastecimento) em 1988, programa federal que estabelecia as diretrizes e metas de modernização para o segmento atacadista público. (Cunha, 2010). Ou seja, os mercados atacadistas não fizeram a transição para mercados de terceira geração como descreveu Raul Green para os mercados europeus mediterrâneos, modelos de referência nacional.

Outro aspecto importante refere-se ao contexto econômico e social do Brasil nos anos 1990, marcado pela crise social e carestia decorrentes da crise fiscal e do processo hiper inflacionário e a ausência de políticas públicas compensatórias. As Ceasas apareciam como ilhas de abundância de alimentos em um contexto de elevada insegurança

alimentar, o que criou o fenômeno dos “cantantes”, a população empobrecida que buscava restos de produtos não comercializados nos mercados atacadistas de alimentos.

Algumas iniciativas para lidar com o paradoxo de abundância de alimentos, perdas e fome foram desenvolvidas em parcerias com os comerciantes nessas Centrais de Abastecimento de forma autônoma e local, sem uma orientação de políticas públicas.

Uma das primeiras iniciativas foi desenvolvida na Ceasa-MG (hoje Ceasaminas) a partir de 1993, desenvolvendo estudos para aproveitar produtos hortigranjeiros não comercializados através da produção de uma sopa nutritiva em uma pequena unidade industrial de processamento dentro de seu entreposto principal em Contagem (MG), com apoio de instituições de pesquisa estaduais, entrando em operação em 1998. (Freitas, 2006).

A “Vitasopa”, resultado desta iniciativa, foi distribuída pelo governo estadual como complemento alimentar, e muitas vezes como elemento principal de alimentação escolar para regiões como o vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, com menor PIB estadual. Iniciativa similar foi desenvolvida na CEASA-PE, também no final dos anos 1990 com a produção industrial, da “Sopa Amiga”, sediada no entreposto da capital pernambucana, sendo ainda distribuída atualmente.

Em São Paulo foi desenvolvido o “Projeto Sopa” em 1995, elaborada industrialmente com apoio do Instituto Mauá de Tecnologia e parceria do SINCAESP -Sindicato dos Permissionários do Ceagesp, do Instituto Ayrton Senna e da Credicard.

A solução da “sopa nutricional”, como estratégia para aproveitamento de excedentes não comercializados e iniciativa de segurança alimentar não se mostrou adequada pelos seguintes fatores:

1. A elaboração da sopa nutricional a partir de excedentes da comercialização do mercado atacadista utiliza uma variedade restrita de hortaliças e não utiliza frutas, tendo alcance restrito como estratégia de aproveitamento de perdas,
2. Para funcionar como suplemento nutricional, necessita de adição de elementos proteicos e calóricos para agregar valores nutricionais, o que agrega custos e processos industriais,
3. A Sopa não atende hábitos alimentares regionais, e não se mostrou adequada para alimentação escolar
4. O transporte de sopa hidratada (em latas de 5 kg) representava um custo muito expressivo em relação ao seu custo de produção.

No entanto, neste processo, a Ceasa-MG criou uma unidade operacional denominada Prodal para receber e doar produtos não aproveitados na Vitasopa, o que se converteu em uma versão embrionária de seu futuro Banco de Alimentos, inaugurado em 2006, mantendo o nome PRODAL, sendo a Ceasaminas responsável pela construção do imóvel e os custos operacionais e o então MDS -Ministério do Desenvolvimento Social pelo financiamento dos equipamentos do Banco de alimentos na unidade.

De forma similar, as atividades operacionais “Projeto Sopa” da Ceagesp contribuíram para a estruturação original do BCA- Banco de Alimentos da Ceagesp.⁸

⁸ Segundo entrevista com José Pechtoll, presidente da Ceagesp

É interessante observar que algumas iniciativas de recepção, coleta seleção e distribuição de alimentos já ocorriam em mercados atacadistas locais, em unidades filiais da empresa Ceagesp. Estes Bancos de Alimentos hoje estabelecidos não foram criados como resultado de orientação da administração central da Ceagesp, mas como resultado de iniciativas de gestão das unidades do interior e sua conexão com as com as comunidades locais, sindicatos, do SESC-Mesa Brasil e de instituições privadas e não governamentais com atuação local, destacando-se o papel ativo das organizações de representação dos comerciantes atacadistas dos entrepostos.

Uma das primeiras iniciativas relatadas é da filial de Araraquara da Ceagesp, cujas atividades iniciam em 1997. De acordo com Realino (2016) *“O Banco de Alimentos da CEAGESP surgiu em 1997 na unidade do Ceasa de Araraquara. Sua criação se deu a partir da observação do gerente da unidade de que muitas famílias carentes recolhiam do chão, alimentos descartados pelos comerciantes em dias de mercado. A partir da criação do Banco de Alimentos em Araraquara, a matriz em São Paulo, passou a operacionalizar este projeto em 2003, como forma de combate ao desperdício. O modelo foi posteriormente aplicado às outras unidades do Ceasa ao longo do Estado de São Paulo”*

Na unidade da Ceagesp de Bauru, o banco de alimentos opera desde março de 2003 como unidade do Mesa Brasil em parceria com o Sincomércio Bauru e a Universidade do Sagrado Coração. Na unidade da Ceagesp de Araçatuba o Banco de Alimentos opera desde 2004 com apoio dos comerciantes locais.

A unidade de Ribeirão Preto, também operando desde 2004, contou com o apoio da Prefeitura municipal, da CATI- Coordenadoria de Assistência Técnica da Secretaria Estadual da Agricultura e do Banco do Brasil. (Ribeiro, 2011).

O Banco de Alimentos de Sorocaba (BAS) é uma organização não governamental fundada em 2005, resultado de uma parceria entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e região (SMetal), o SESI, a ETEC e a CEAGESP.

Outro caso interessante é o do entreposto de Uberlândia da Ceasaminas. Moraes (2015) realiza uma abordagem investigativa histórica que descreve a situação da população empobrecida que recorre a unidade da Ceasa-MG de Uberlândia (inaugurada em 1978) já nos anos 80. O intenso afluxo de “catantes” nas áreas operacionais do entreposto levou “à proibição de doações de alimentos no espaço do pátio da Central de Abastecimento, acompanhada da determinação de que as doações passariam a se realizar diretamente na sede de instituições previamente cadastradas junto à administração da CEASA. Em meados da década de 80, criou-se o Projeto Barracão de Alimentos, que instituía uma política social no âmbito da Central. “ (Moraes, 2015:137). Ainda de acordo com Moraes “O Programa Barracão de Alimentos ganhou novas dimensões quando, em 1996, se transformou em Programa de Distribuição de Alimentos da CEASA Minas (Prodal), e que veio a ser incorporado ao Programa Banco de Alimentos, em parceria com o Governo Federal, a partir do ano 2006. ”

A análise das origens dos “proto” projetos de Bancos de Alimentos em mercados atacadistas de alimentos (MAA) locais é revela-

dora e traz importantes evidências e implicações para o desenho de uma política nacional para Bancos de Alimentos nos MAA. Mercados atacadistas locais têm uma conexão muito próxima dos territórios onde atuam, em termos econômicos e sociais. O modelo brasileiro atacadista de empresas estatais hierarquizadas que possuem filiais nas suas unidades da federação de atuação é único no mundo ocidental. Apesar da

limitada autonomia administrativa das filiais, o ambiente institucional local destes mercados atacadista, que envolve comerciantes atacadistas com forte representação social municipal, a proximidade com o ambiente urbano e social, favorece, ou demanda, alternativas de iniciativas de políticas sociais locais, não necessariamente vinculadas às políticas públicas estatais.

AS POLÍTICAS DE ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS

A primeira onda de criação de BAs consolida com a “conversão” das iniciativas de coleta urbana em Bancos de Alimentos através de uma Política Pública ativa de coordenação e padronização das estruturas de Bancos de Alimentos através de Políticas Públicas através do então Ministério de Desenvolvimento Social -MDS. O desenho de uma Política Pública federal de financiamentos para implantação de Bancos de Alimentos tinha um caráter inovador e experimental, afinal as referências internacionais de BAs eram de iniciativas não governamentais. Em 2004, o Programa federal de apoio a de Banco de Alimentos adquiriu status de programa orçamentário.

A condução desta Política é avaliada com extrema agilidade pelo Tribunal de Contas da União em 2005, que elabora um parecer de avaliação desta Política Pública em um amplo diagnóstico.

O TCU já identificava a diversidade dos formatos organizacionais dos BAs apoiados pelo programa federal ao afirmar que “Os bancos de alimentos operando no Brasil possuem características distintas e foram implantados tanto por iniciativa da socie-

dade civil, quanto por iniciativa pública. A participação do governo federal, a partir de 2003, acrescentou nova variável no processo de instalação dessas estruturas pelo país. Essa diversidade dificulta o mapeamento dos bancos e sua consequente articulação, de modo a evitar superposição de atividades e a promover intercâmbio de experiências bem-sucedidas.” E também afirma que “Constatou-se a inexistência de padrão de funcionamento comum aos bancos de alimentos. Com relação ao Programa, o Manual estabelece algumas diretrizes gerais para instalação, basicamente relacionados a localização, forma de gestão, recursos humanos e fluxo de atividades. Todavia, não estão estabelecidos padrões mínimos de funcionamento.” (Brasil, 2005:13)

Estas conclusões refletem o caráter de inovação e também de desenvolvimento “experimental” e gradual desta Política pública. Cabe ressaltar que o TCU não avaliou nenhum BA sediado em Mercados atacadistas neste relatório.

NORMATIZAÇÃO

Ao mesmo tempo que a Política estabelecia referências legais, também avançava na definição de normas técnicas e operacionais para definição do que devem ser Bancos de Alimentos, incluindo um Roteiro implantação dos Bancos de Alimentos. (Brasil, 2007)

No aspecto normativo o “Roteiro para implantação de Bancos de Alimentos” define conceitos fundamentais de Bancos de Alimentos na perspectiva pública:

Os Bancos de Alimentos são uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar que têm como objetivos a redução do desperdício de alimentos, o aproveitamento integral dos alimentos e a promoção de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo diretamente para a diminuição da fome de populações vulneráveis, assistidas ou não por entidades assistenciais;

Nos Bancos de Alimentos, os gêneros doados passam pelas etapas de: seleção, classificação, processamento (ou não), porcionamento e embalagem; e só então, estes alimentos são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais de forma a complementar as refeições diárias da população assistida;

Os Bancos de Alimentos devem localizar-se, preferencialmente, em áreas próximas aos polos de captação dos alimentos e/ou em áreas próximas aos bolsões de pobreza das cidades

Os Bancos de Alimentos criados entre 2010 e 2017 são resultado direto da linha de apoio à implantação de Bancos de Alimentos pelo MDS-Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, no âmbito do projeto Fome Zero. São criados BAs em MAAs de grande porte e como Rio de Janeiro e Brasília, e unidades fora de grandes centros metropolitanos como, Anápolis (GO), Poços de Caldas (MG) e Presidente Prudente.





A SEGUNDA ONDA DE BAS: APOIO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

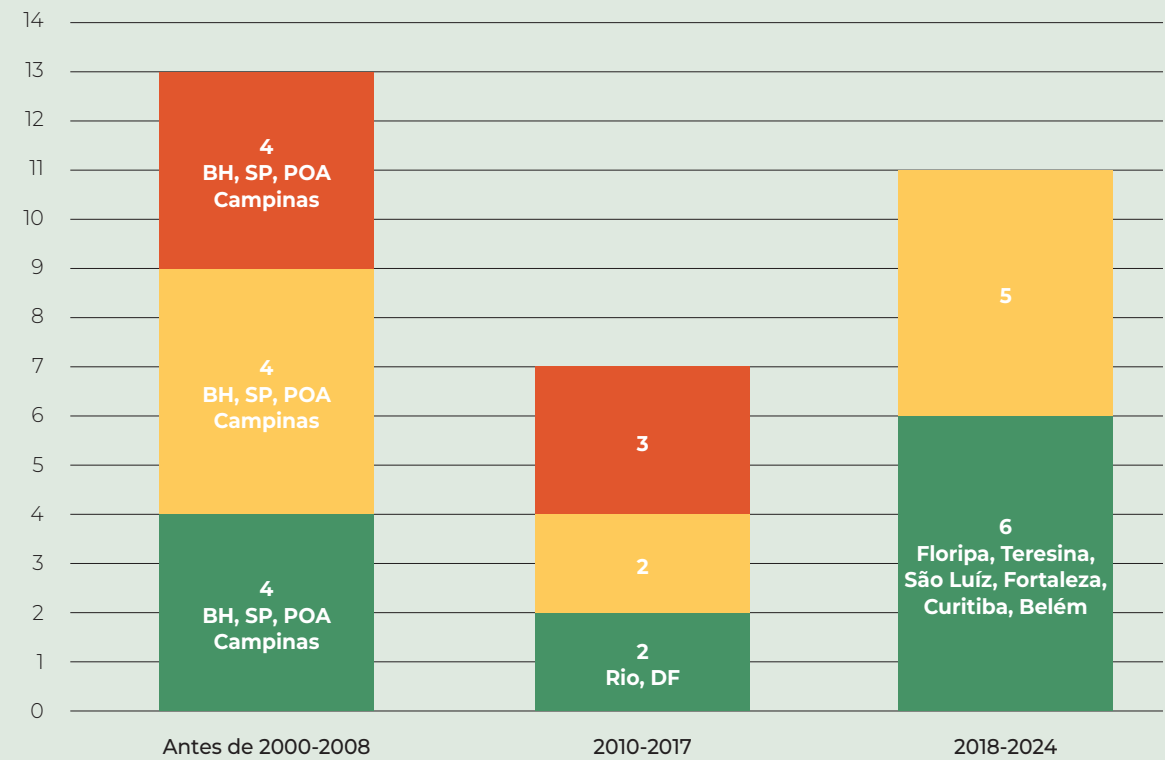
A segunda onda que se inicia em 2018, quando as Políticas Públicas federais de apoio aos BAs são enfraquecidas e os governos estaduais assumem protagonismo como financiadores destas iniciativas. São criados 11 Bancos de Alimentos nos Mercados Atacadistas de alimentos de gestão estadual de grande porte como Ceasa-PR em

Curitiba, Ceasa-CE em Fortaleza, Ceasa-PI (Teresina), Ceasa-MA (São Luís), Ceasa-PA, em Belém e Ceasa-AC, em Rio Branco. Neste período cinco unidades da rede Ceagesp, empresa federal foram criadas, nas unidades dos entrepostos de Franca, Marília, Piracicaba, São José do Rio Preto e São José dos Campos.



GRÁFICO 1

PERÍODO DE INAUGURAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS POR PORTE DO MERCADO ATACADISTA¹



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS/Site Bancos de alimentos

¹ O quadro contém informações coletadas para os 31 Bancos de alimentos do universo amostral completo, sendo as informações sobre os Bancos de Alimentos dos mercados atacadistas de Paulo Afonso (BA), Ceasa-PA em Belém e Ceasa-AC em Rio Branco coletadas respectivamente nas prefeituras de Paulo Afonso, no site da Ceasa-PA e na Prefeitura Rio Branco.

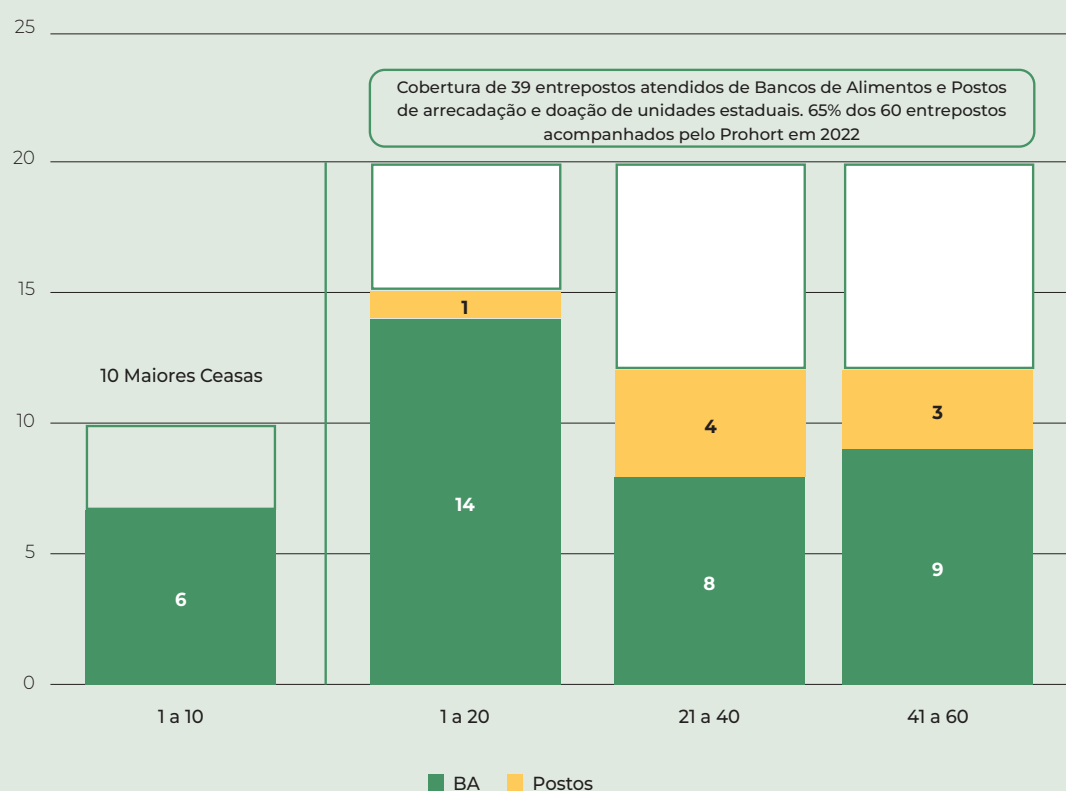
O resultado destes processos e destas diferentes fontes de induções levaram à criação de um número muito expressivo de Bancos de Alimentos sediados em Mercados Atacadistas de Alimentos no Brasil. Seis dos dez maiores MAAs brasileiros têm BAs em seus

entrepósitos, e 15 dos 20 maiores MAAs contam com esta iniciativa. Dos 60 Mercados atacadistas acompanhados regularmente pelo Prohort/ Conab, 39 entrepostos (65%) são atendidos por Bancos de Alimentos ou postos de Arrecadação e doação associados.



GRÁFICO 2

BANCOS DE ALIMENTOS SEGUNDO O RANKING DE MERCADOS ATACADISTAS (PROHORT 2022)



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

As próximas seções apresentam os resultados da pesquisa realizada com os BA sediados em mercados atacadistas nacionais abordando seus aspectos gerenciais, de infraestrutura e organização operacional.

Os resultados encontrados confirmam de forma geral os aspectos descritos na Avaliação Nacional de Bancos de Alimentos realizada pela UFVJM em 2020 (UFVJM, 2021), mas aprofundam e ampliam significativamente a amostra deste tipo de BA.⁹

⁹ A pesquisa da UFVJM avaliou 228 Bancos de Alimentos em território nacional, mas apenas 9 destes sediados em mercados atacadistas.



CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS GERENCIAIS E DE GESTÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS



Como analisado anteriormente, os Bancos de Alimentos sediados em mercados atacadistas originaram-se de distintos processos e estímulos, e contaram com diversas fontes de financiamento. São instituições heterogêneas em termos de constituição jurídica, contando com a participação de diferentes entes jurídicos na sua gestão e no financiamento dos gastos correntes e gastos com pessoal. Estes aspectos são detalhados nos tópicos seguintes.

Costuma-se apontar como uma das principais dificuldades para a expansão dos BAs de Ceasas o aporte de recursos para o financiamento da sua instalação.

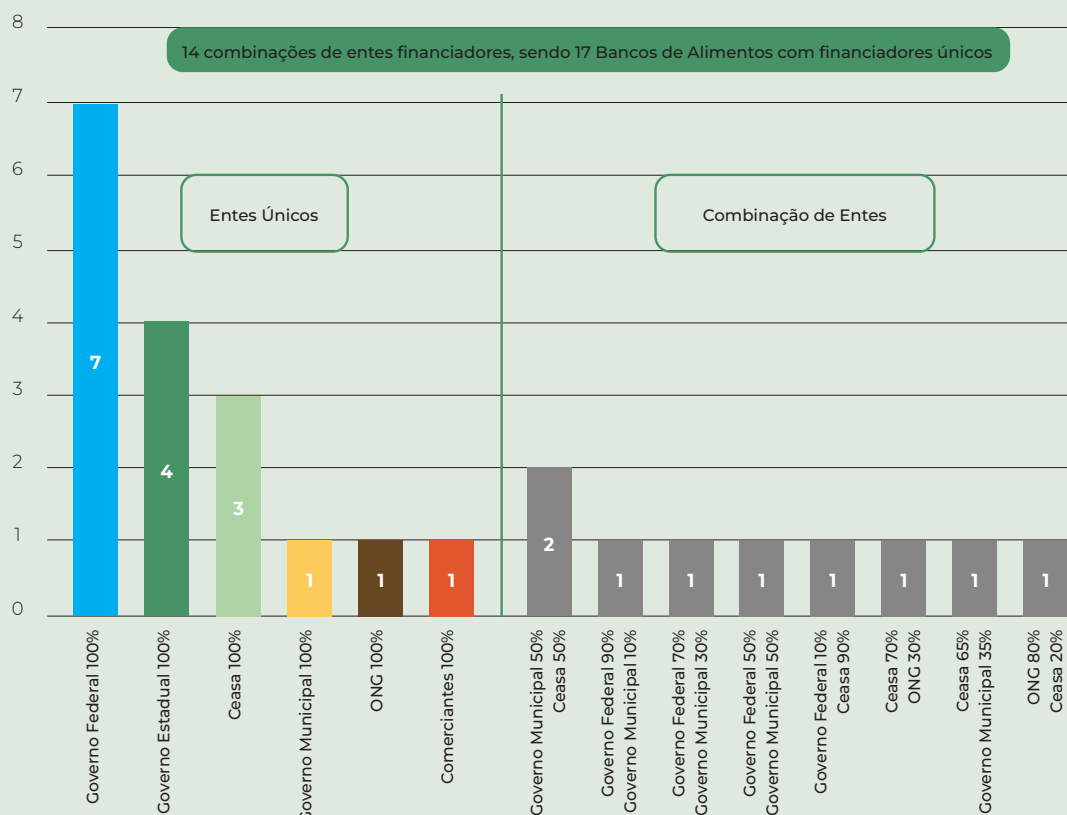
A pesquisa identificou cinco “entes” públicos e privados envolvidos no financiamento de Bancos de Alimentos, que atuaram individualmente ou de forma combinada no financiamento dos BAs, a saber: governo federal, governos estaduais, governos municipais, ONGs e mercados atacadistas.

Foram identificadas 14 combinações de participação dos entes no financiamento dos BA, sendo as maiores frequências para financiamento exclusivo do governo federal (7 casos), governos estaduais (5 casos) e mercados atacadistas (3 casos), Governo municipal, ONGs e Comerciantes (1 caso cada) apresentadas no Gráfico 3.



GRÁFICO 3

ENTES FINANCIADORES DE BANCOS DE ALIMENTOS SEGUNDO SUA COMBINAÇÃO



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

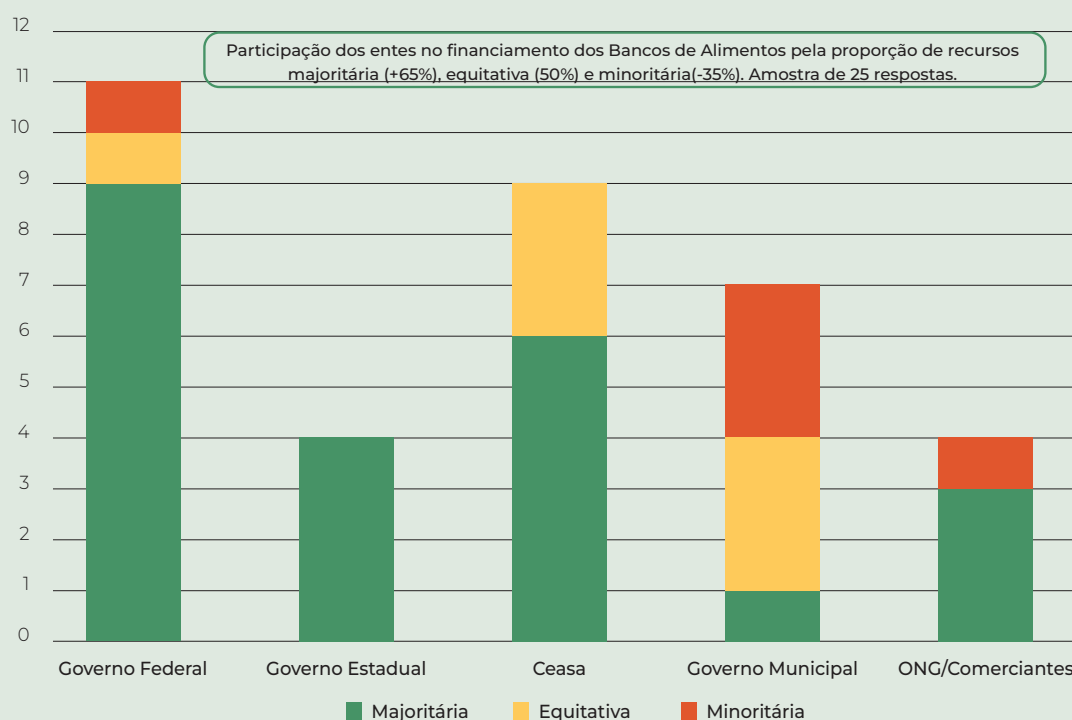
O gráfico 4 agrupa as participações dos cinco entes para identificar sua prevalência, classificando seu envolvimento conforme a proporção de recursos alocados classificados como majoritária (mais de 65%), equitativa (50%) e minoritária (menos de 35%).

O governo federal participou do financiamento de 11 BAs, sendo o principal ente em termos de participação no financiamento e, em 9 casos participando de forma majoritária. Na sequência aparecem os próprios mercados atacadistas (Ceasas), com 9 participações, sendo 6 majoritárias e depois governos municipais (7 casos), governos estaduais (4 casos) e ONGs (3 casos).



GRÁFICO 4

ENTES FINANCIADORES DE BANCOS DE ALIMENTOS SEGUNDO SUA PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA, EQUITATIVA OU MINORITÁRIA



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

A participação destes entes determina as características do controle acionário dos BAs, mas sua diversidade na composição acionária é menor, existindo 8 tipos de combinação, predominando aqueles que têm participação acionária de apenas um ente. O predomínio é de Bancos de Alimentos de controle total do governo federal (9 casos), seguido dos governos estaduais (6), gover-

nos municipais e mercados atacadistas (3 casos cada) e ONGs e Comerciantes (3 casos). Vale observar que a composição acionária não guarda identidade direta com o ente que financiou a sua instalação. Um total de 23 BAs têm o controle direto e integral dos entes elencados, embora somente 16 desses BAs tenham recebido financiamento exclusivo desses mesmos agentes.

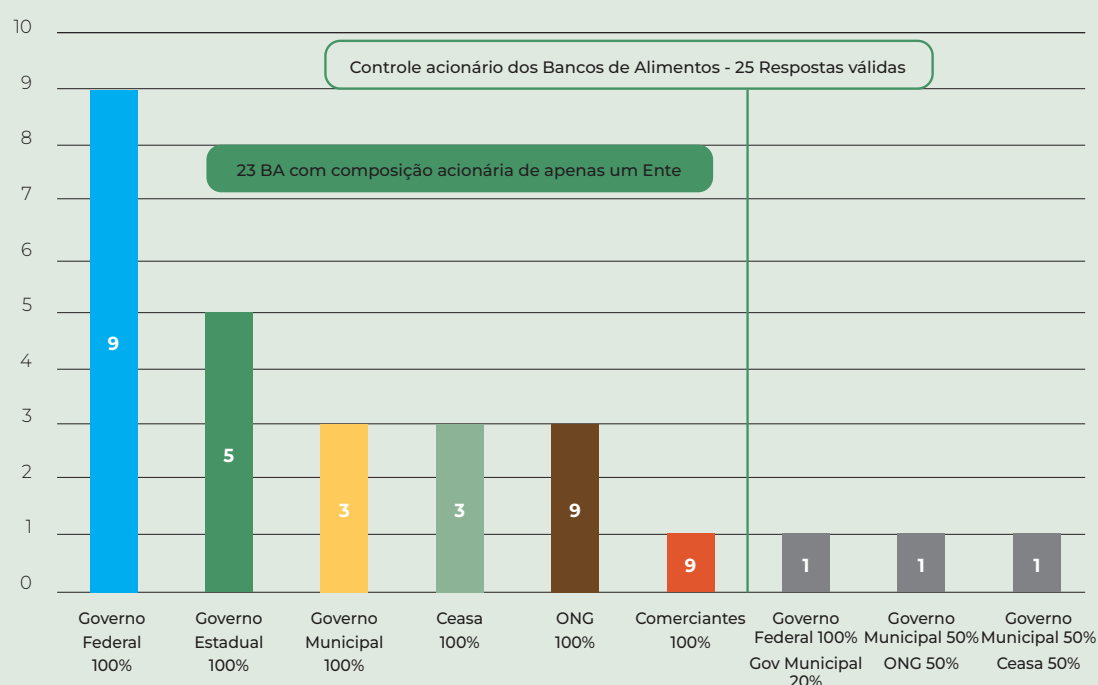
Esses resultados mostram que possivelmente os BAs encontrem dificuldades de gestão quando o controle acionário se torna compar-

tilhado. Apenas 3 BAs apresentaram gestão compartilhada entre os 26 que responderam a essa pergunta na amostra (Ver Gráfico 5).



GRÁFICO 5

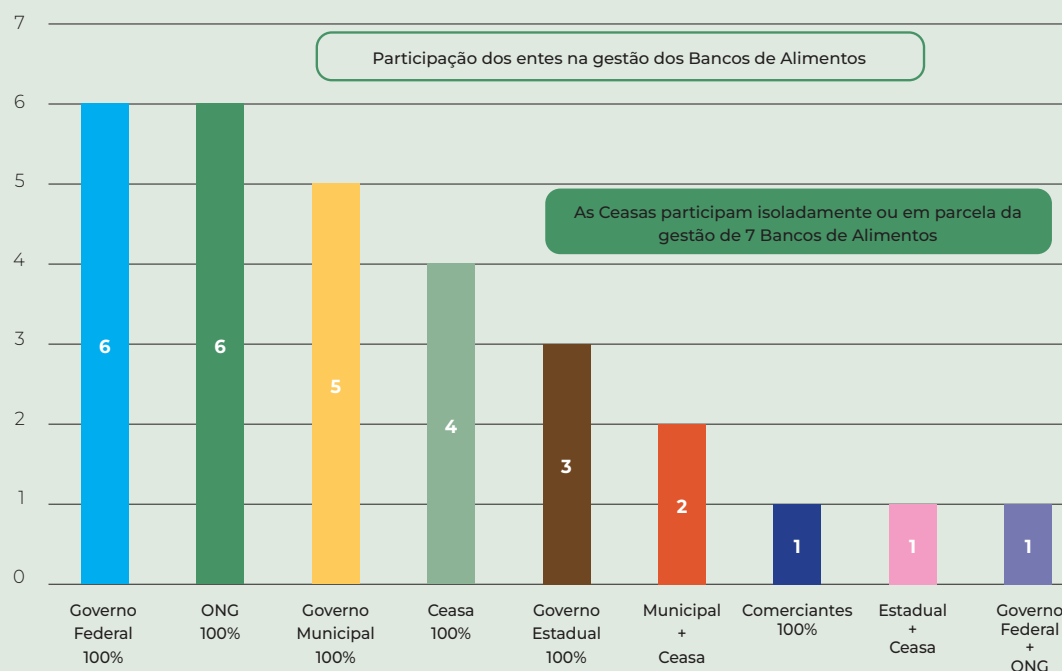
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DOS BANCOS DE ALIMENTOS SEGUNDO ENTES PARTICIPANTES



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

Os mesmos parâmetros são utilizados para caracterizar a gestão administrativa dos BAs, conforme pode ser observado no Gráfico 6. Predominam os tipos puros de gestão por apenas um ente (em cinco de oito combinações possíveis). No levantamento merece destaque o fato de que embora o

governo federal e ONGs gerirem 6 BAs e governos municipais 5 BAs, os mercados atacadistas participam da gestão de 7 BAs, sendo quatro em caráter exclusivo e três em combinação com outros entes.

**GRÁFICO 6****PARTICIPAÇÃO DOS ENTES NA GESTÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS**

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

A pesquisa investigou a responsabilidade dos entes no financiamento das despesas correntes e de pessoal dos BAs descritas respectivamente no Gráfico 7 e o Gráfico 8 por sua participação exclusiva ou de forma combinada.

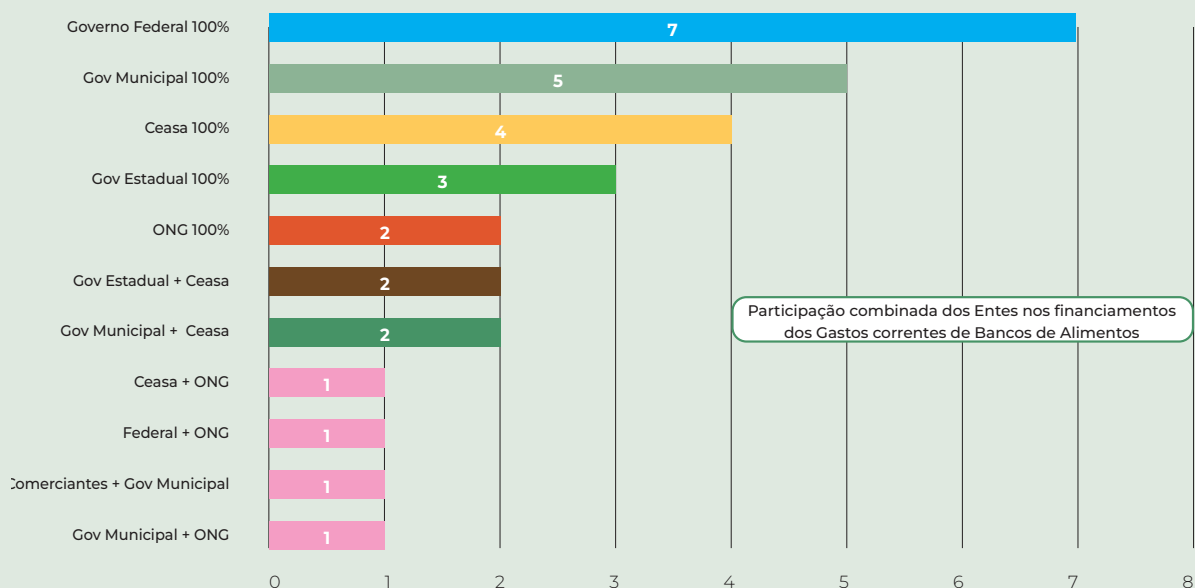
Na comparação dos gráficos pode-se concluir que há uma grande proximidade entre as atribuições administrativas e a responsabilidade dos entes com relação às despesas de com pagamentos de pessoal e outras despesas administrativas. Em termos absolutos, há nos dois casos maior prevalência de participação do governo federal, mas esses mesmos casos apontam para um envolvimento mais ativo dos governos municipais e dos mercados atacadistas. As

administrações das Ceasas participam em 9 casos de forma individual ou combinada do financiamento de gastos correntes e os governos municipais em 8 casos de forma agregada

Para o financiamento dos gastos de pessoal, a situação é similar, com as Ceasas participando em 9 casos de forma individual ou combinada. Também foi identificada a participação de comerciantes atacadistas do financiamento de gastos de pessoal em dois casos, as Ceasas de Teresina (PI) e do Rio de Janeiro (RJ), que atuam com uma personalidade jurídica própria independente dos governos estaduais. Os governos municipais participam em 8 casos de forma individual ou combinada.

**GRÁFICO 7**

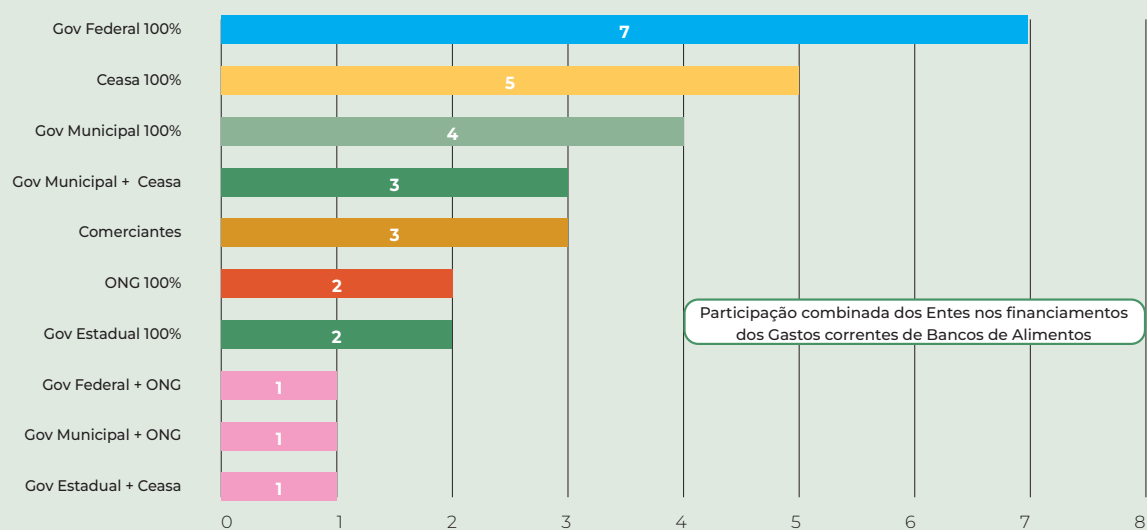
PARTICIPAÇÃO DOS ENTES NO FINANCIAMENTO DOS GASTOS CORRENTES DE BANCOS DE ALIMENTOS



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

**GRÁFICO 8**

PARTICIPAÇÃO DOS ENTES NO PAGAMENTO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

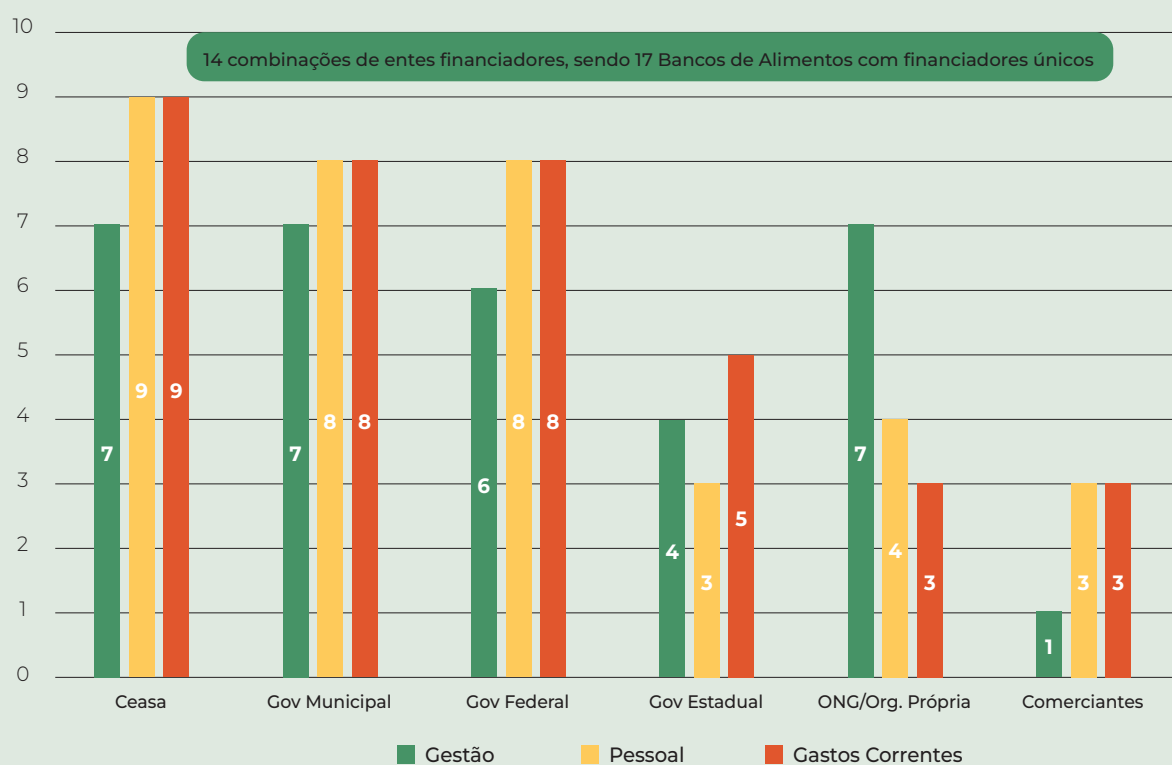
O gráfico 9 reúne as informações de forma comparativa sobre gestão, financiamento de gastos correntes e de pessoal exercidas pelos entes envolvidos nestas funções. Nesse gráfico se apresenta uma consolidação das respostas anteriores e é interessante notar que no caso das personalidades independentes por parte das Ceasas aparecem

em dois casos o envolvimento dos comerciantes, e no caso do controle por parte de governos federal, estadual e municipais, os responsáveis pelos gastos com pessoal se encarregam também de outros gastos correntes (energia, água, transporte, impostos, alugueis etc.)



GRÁFICO 9

COMPARAÇÃO DAS FUNÇÕES ENTRE ENTES



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS





INFRAESTRUTURA E RECURSOS ORGANIZACIONAIS





As informações sobre a infraestrutura dos BAs são muito importantes para a definição do papel desempenhado por esses equipamentos como apoio às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e também no combate às perdas e desperdícios de alimentos.

Um olhar sobre a infraestrutura permite entender a diversidade e heterogeneidade dos BAs nas Ceasas. O gráfico 10 apresenta a frequência de recursos de

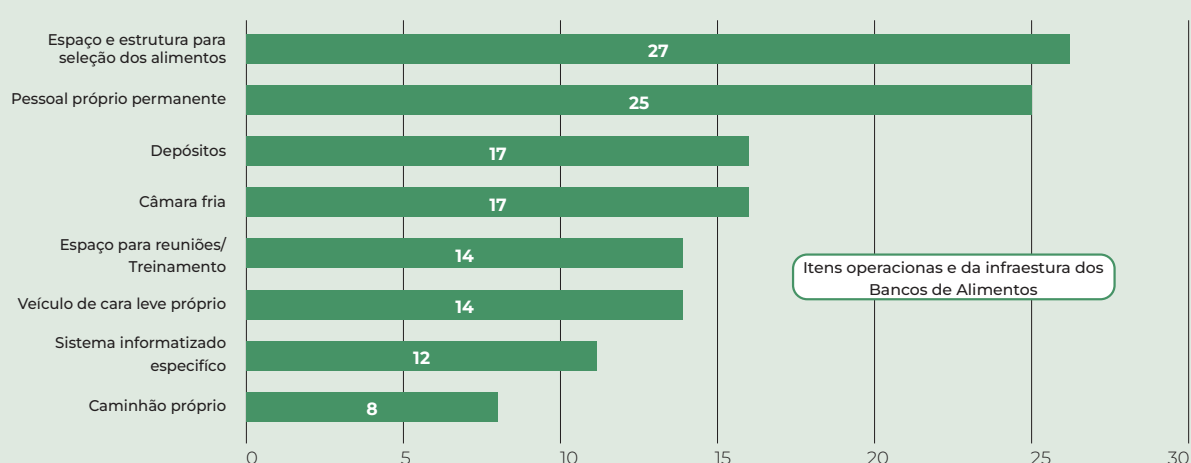
peçoal e infraestrutura básica para operacionalização de Bancos de Alimentos.

Consideramos três elementos como essenciais para o bom funcionamento de BAs: contar com peçoal próprio exclusivo, ter espaço e estrutura para seleção de alimentos e ter com câmara fria. Segundo os dados da pesquisa, dezessete Bancos de Alimentos declararam contar com estes três elementos essenciais, podendo ser classificados então como BAs estruturados.



GRÁFICO 10

CARACTERÍSTICAS GERAIS DE OPERAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS: PESSOAL PRÓPRIO E INFRAESTRUTURA



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

10 Conforme identificado no estudo realizado pela UFVJM (2021)

Dos dezessete BAs bem estruturados, 12 contam com veículos próprios (leves e/ou pesados), no entanto podem contar com serviços de transporte de carga através de convênios ou parcerias. É muito comum entre os BAs a utilização de veículos de instituições parceiras seja entre os doadores ou entre as organizações beneficiárias.

Ainda sobre estes 17 Bancos de Alimentos estruturados, 11 BAs declaram possuir espaços para treinamento e reuniões e 10 contam com sistemas informatizados. Apenas

6 Bancos de alimentos dispõem, segundo a pesquisa, simultaneamente de sistemas informatizados e locais para treinamento em sua estrutura operacional.

A falta de um espaço para a limpeza e seleção dos alimentos consiste em um problema sério de infraestrutura, tendo em vista que todo alimento recebido passa por uma pesagem, separação e supervisão do profissional técnico envolvido (nutricionista, veterinário ou outro). Um BA sem um espaço dedicado para essas tarefas pode levar, contraditoriamente a um



TABELA 2

CARACTERÍSTICAS DE INFRAESTRUTURA E OPERACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS COM BOAS PRÁTICAS

Identificação BA			O Banco de Alimentos conta com					
#	Município	Porte Ceasa	Pessoal próprio permanente	Local seleção de alimentos	Câmara fria	Espaço Treinamento	Sistema Informatizado	Veículo leve e/ou pesado próprio
1	São Paulo	Grande MAA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
2	Sistema Campinas	Grande MAA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
3	Rio de Janeiro	Grande MAA	SIM	SIM	SIM		SIM	
4	Contagem	Grande MAA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
5	Brasília	Grande MAA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
6	Porto Alegre	Grande MAA	SIM	SIM	SIM		SIM	
7	Curitiba	Grande MAA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
8	Maracanaú	Grande MAA	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
9	Teresina	Grande MAA	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
10	Florianópolis	MAA Local	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
11	Santo André	MAA Local	SIM	SIM	SIM			SIM
12	Poços de Caldas	MAA Local	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
13	Anápolis	MAA Local	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
14	Caxias do Sul	MAA Local	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
15	Uberlândia	Filial	SIM	SIM	SIM			
16	São José dos Campos	Filial	SIM	SIM	SIM		SIM	SIM
17	Sorocaba	Filial	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

11 O BA da Ceasa de São Luís (MA) é o único instalado em uma capital que é classificado como médio porte, seja pela quantidade movimentada e também pelo fato de que a sua inauguração ser recente (ano de 2019)

aumento das perdas e possíveis danos sanitários aos alimentos recebidos. Por outro lado, um equipamento que não possua câmara fria para a conservação do alimento recebido pode ser uma deficiência, mas não impede uma operação rigorosa unindo as pontas entre doador e beneficiário de forma eficiente. Para efeito de definição, podemos denominar essa operação de recepção, triagem (ou seleção) e expedição rápida dos produtos sem armazenagem como “Colheita Urbana”.

A tabela 2 apresenta uma caracterização operacional destes dezessete Bancos de Alimen-

tos bem estruturados em relação aos seus recursos de infraestrutura, relação institucional e forma de doação de produtos. Verifica-se que os BAs em Ceasas de grande porte são melhor estruturados e possuem um maior alcance, atuando não só na sua região, mas funcionando como um “Banco Central” de Alimentos que distribui doações para outros BAs. No segundo caso, temos BAs instalados em unidades de médio porte com alcance regional¹¹. Finalmente, há dois BAs bem estruturados funcionando em entrepostos filiais da CEAGESP.



TABELA 3

CARACTERÍSTICAS DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E FORMA DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS

#	Identificação BA		Relações institucionais		Elaboração dos produtos doados			
	Município	Porte Ceasa	Oferece Cursos	Doações para outros BA	In Natura	Processado	Coongelado	Desidratado
1	São Paulo	Grande MAA	SIM	SIM	SIM			
2	Rio de Janeiro	Grande MAA			SIM			
3	Contagem	Grande MAA	SIM	SIM	SIM			
4	Brasília	Grande MAA	SIM		SIM	SIM		
5	Porto Alegre	Grande MAA			SIM			
6	Curitiba	Grande MAA	SIM		SIM	SIM	SIM	
7	Maracanaú	Grande MAA	SIM		SIM	SIM	SIM	SIM
8	Teresina	Grande MAA	SIM		SIM			
9	Santo André	MAA Local	SIM		SIM	SIM	SIM	
10	Poços de Caldas	MAA Local	SIM		SIM			
11	Anápolis	MAA Local	SIM		SIM			
12	São Luisl	MAA Local	SIM		SIM			
13	Caxias do Sul	MAA Local	SIM		SIM	SIM	SIM	
14	São José dos Campos	Filial	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
15	Sorocaba	Filial	SIM		SIM	SIM	SIM	

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

A tabela 3 apresenta a mesma configuração da anterior detalhando a formação dos colaboradores, fornecedores e usuários dos BAs e também o tipo de alimento doado. Merece destaque que praticamente todas as Ceasas que abrigam Bancos de Alimentos fornecem cursos variados para seu público atendido. Trata-se de cursos de boas práticas, conservação dos alimentos e até mesmo cursos profissionalizantes.

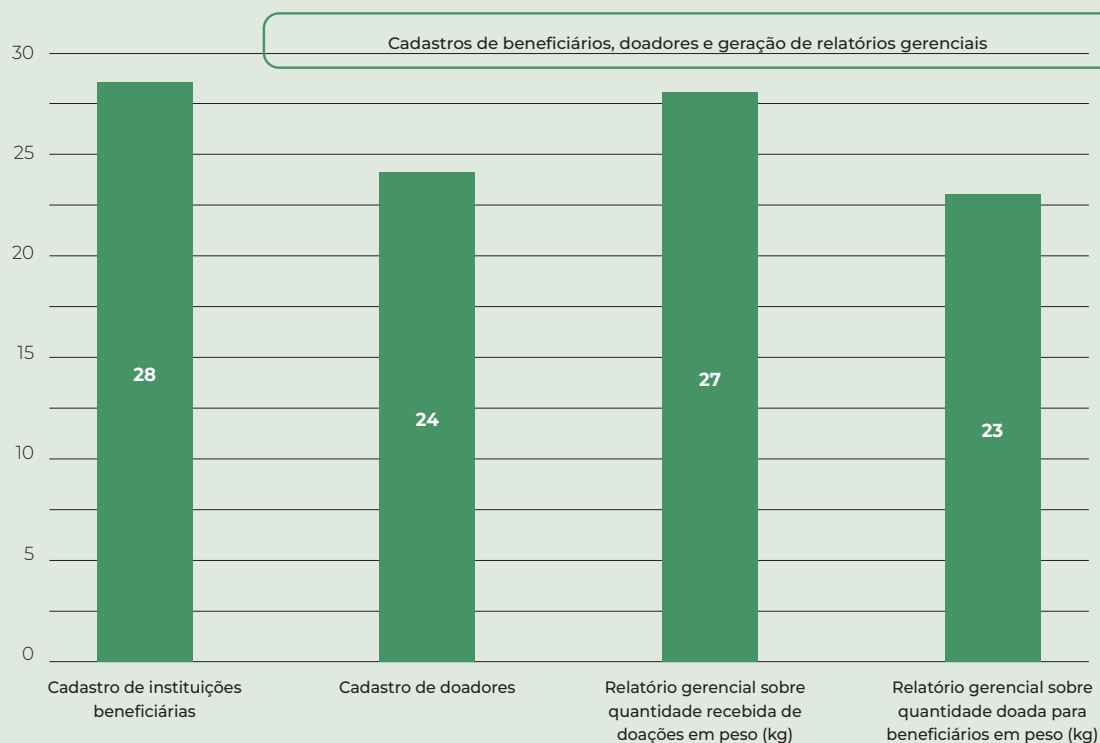
Com relação ao tipo de alimento doado, evidentemente, há uma frequência total na doação de alimentos in natura. Além disso sete instituições doam alimentos minimamente processados (lavado, cortado ou descascado e embalado). A pesquisa identificou seis BAs que distribuem alimentos congelados – o que implica na existência de equipamentos para congelamento, câmaras frias e caminhões frigorificados. Finalmente, destaca-se um único BA – vinculado à CEASA-CE que realiza doações de alimentos desidratados. Trata-se do “Programa Mais Nutrição” que conta com equipamentos e instalações sofisticadas no Banco de Alimentos da Ceasa-CE em Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza.

O cadastro é um instrumento básico para a operação de um BA. A sua existência e atualização permite que a doação que passa pelo equipamento seja dirigida a uma instituição respeitando-se critérios técnicos de anterioridade e prioridade social. Alguns BAs investigados realizam doações para instituições e também diretamente para famílias ou indivíduos. Nesses casos, não é possível verificar se os critérios de doação estariam obedecendo a necessária focalização.

Vale alertar que mesmo com a existência de cadastro de instituições não é possível

garantir que as doações estejam sejam encaminhadas para instituições que atuam na diretamente na Assistência Social. Um exame rápido de relatórios de doação dos BAs da amostra aponta uma grande quantidade de doações para Batalhões e Quartéis da Polícia Militar e para escolas municipais ou estaduais, como complementação da alimentação escolar, o que é totalmente inadequado para esse equipamento.

De toda maneira, os 28 BAs da amostra declararam ter um cadastro das instituições beneficiárias e 24 BAs apresentaram cadastro de doadores, conforme Gráfico 11, o que demonstra o profissionalismo desses agentes. Por outro lado, há um descompasso entre as informações de doadores e instituições beneficiárias, respectivamente em 27 e 23 casos, o que demonstra que a existência de cadastro não é suficiente se não vier acompanhada de relatórios que permitam traçar a rota do alimento doado e distribuído.

**GRÁFICO 11****SISTEMAS E CADASTROS UTILIZADOS PELOS BANCOS DE ALIMENTOS**

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

RELACIONAMENTO COM OUTROS BANCOS DE ALIMENTOS

Apenas 10 dos 28 BAs da amostra não têm qualquer relação com outros BAs. Ou seja, aproximadamente 1/3 dos Bancos Analisados atuam de forma independente, sem receber ou enviar para outras unidades. Os dados demonstram que os Bancos de Alimentos analisados, majoritariamente, atuam em rede.

Um equipamento com essas características instalado em uma CEASA acaba cumprindo funções de redistribuir os alimentos

que coleta para outros Bancos de Alimentos locais e isso se confirma com 12 BAs mandando alimentos para outros Bancos de Alimentos ao mesmo tempo que 5 BAs recebem alimentos de outros equipamentos. No seu conjunto, 3 BAs recebem e redistribuem alimentos (ver tabela 3).

**TABELA 4**

RELAÇÃO DOS BANCOS DE ALIMENTOS SEDIADOS EM MAA COM OUTROS BANCOS DE ALIMENTOS E MESA BRASIL

	Redistribuem	Recebem	Recebem e redistribuem	Mesa Brasil	Sem Interações
1	São Paulo	Anápolis	Rio de Janeiro	Curitiba	Brasília
2	Contagem (RM Belo Horizonte)	Santo André	São Luis (MA)	São José (RM Florianópolis)	Natal
3	Campinas		Sorocaba	Bauru	Porto Alegre
4	Maracanaú (RM Fortaleza)			Uberlândia	Teresina
5	Araraquara				Caxias do Sul (RS)
6	Franca				Poço de Caldas (MG)
7	Marília				Araçatuba
8	Ribeirão Preto				Piracicaba
9	São José do Rio Preto				Presidente Prudente
10					São José dos Campos
Total	9	2	3	4	10

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

Grandes MAAs

MAA Locais

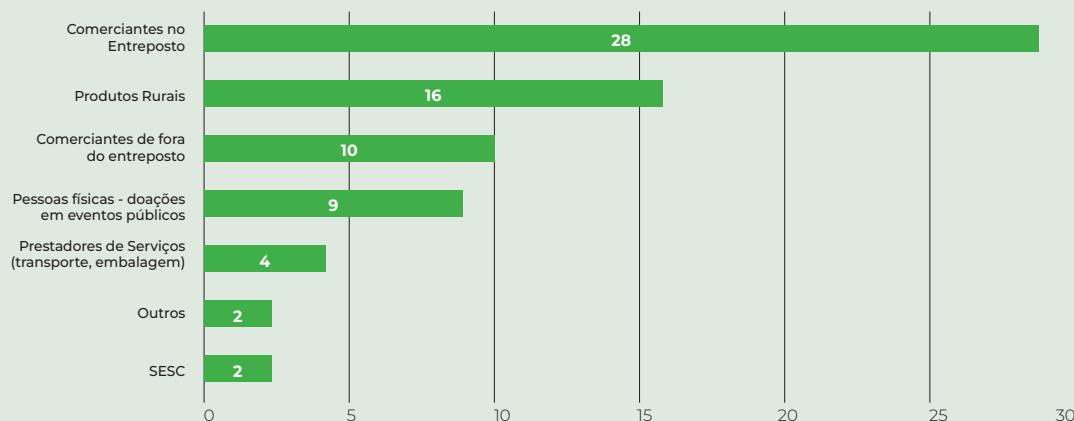
Filiais do Ceasas

Casos interessantes para análise são os 4 BAs que trabalham em parceria com o MESA Brasil do SESC. As Ceasas de Curitiba (PR) e São José (SC) abrigam grandes Bancos de Alimentos que funcionam como agências do Mesa Brasil. No primeiro caso, a gestão administrativa, pagamento de pessoal e instalações são da Ceasa-PR e no caso da Ceasa Catarinense, a gestão é do Mesa Brasil, mas o mercado atacadista entra com as instalações e equipamentos. Já no caso de Bauru (CEAGESP) e de Uberlândia (Ceasaminas) há um acordo operacional com o Mesa Brasil e ambas as Ceasas arcam com a gestão e os custos administrativos, mas as doações e a redistribuição são feitas por aquela entidade.

Outra questão de interesse é sobre a captação do alimento. Nesse particular, as Ceasas exercem um papel muito importante pois têm a possibilidade de captar de transportadoras, compradores, organizações indepen-

dentes além, obviamente, dos comerciantes permissionários da instalação atacadista.

Os resultados da pesquisa confirmam que os 28 Bancos de Alimentos da amostra fazem coletas preferenciais entre os próprios comerciantes operadores de mercado. Seguem-se os produtores rurais (16 respostas) que atuam junto à Ceasa e que direcionam mercadorias não comercializada para o Banco de Alimentos. A amostra identificou também uma coleta significativa entre comerciantes de fora do mercado atacadista (10 respostas) e do público em geral (9 respostas) frequentadores de eventos públicos ou campanhas dirigidas por parte de Prefeituras ou entidades assistenciais. Essas informações estão apresentadas no gráfico abaixo que também destaca a presença de outros parceiros para as doações, além do SESC Mesa Brasil que já foi mencionado anteriormente.

**GRÁFICO 12****PARCEIROS DOS BANCOS DE ALIMENTOS**

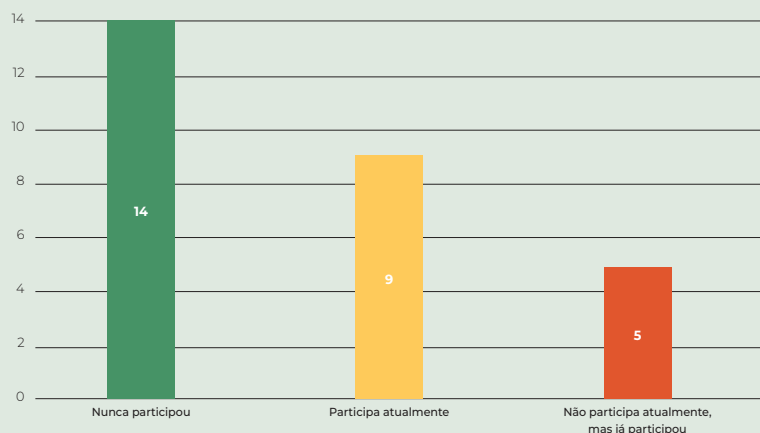
Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

No Gráfico 13 sublinha-se a participação de programas públicos como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros programas estaduais e municipais para a arrecadação de alimentos. Nesse caso, o mais comum é a Ceasa receber alimentos adquiridos pelo governo federal para serem doados a instituições de assistência ou cozinhas comunitárias e solidárias cadastradas.

Observa-se também a possibilidade de prefeituras credenciarem a Ceasa para a operação da alimentação escolar, com re-

ursos repassados pelo governo federal. O exemplo de Campinas é o mais saliente, no qual a Ceasa opera em termos financeiros (em parceria com a Secretaria Municipal de Educação) e logísticos as licitações para as compras públicas.

Todavia, como se observa nessa pesquisa, o potencial das Ceasas está subestimado pois apenas 9 dos respondentes participam ativamente das compras públicas, enquanto outros 5 já participaram e, no momento, deixaram de participar muito possivelmente devido à redução de recursos disponíveis para esse tipo de política ao longo dos anos

**GRÁFICO 13****PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS PÚBLICOS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS



CARACTERÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS DOS BANCOS DE ALIMENTOS





Um elemento importante que ressalta a credibilidade e a eficiência do Banco de Alimentos em uma Ceasa é a sua capacidade de articulação com a assistência social. Muitos Bancos de Alimentos enfrentam filas de instituições assistenciais para o atendimento de suas necessidades, enquanto outros Bancos preferem também destinar as suas doações para famílias e indivíduos.

O atendimento aos públicos vulneráveis não está entre as atribuições estatutárias de um mercado atacadista de alimentos (Ceasa), cuja missão principal é a de facilitar o comércio de alimentos. Todavia, muitas Ceasas estão localizadas em áreas carentes e a pressão social é elevada.

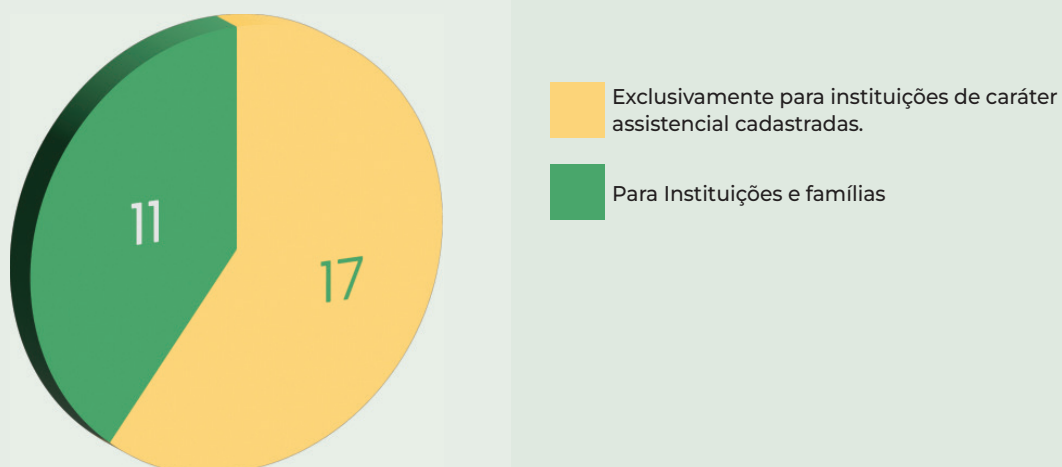
Para disciplinar e reduzir a ação dos “catantes” um conjunto de 11 Bancos de Alimentos organizam doações de cestas básicas em paralelo ao trabalho com instituições, conforme se observa no Gráfico 14.

Do ponto de vista da operação dos Bancos de Alimentos esse é uma atividade que demanda pessoal e tempo e, em termos de resultados não apresenta muitos avanços. Além de estar sujeita à captura política, a doação individual de alimentos é uma atividade que não abre espaço para o desenvolvimento humano, ao contrário das instituições receptoras que normalmente têm uma finalidade social como a capacitação profissional, ensino, acolhimento etc.



GRÁFICO 14

BENEFICIÁRIOS DO BANCO DE ALIMENTOS



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

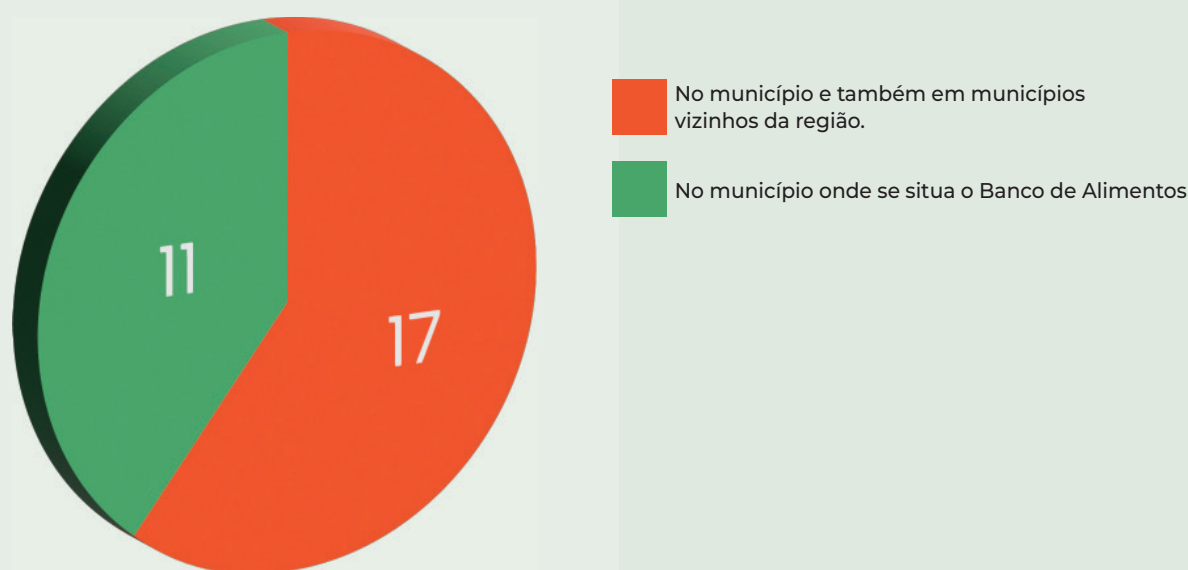
A pesquisa investigou sobre o território de atuação do Banco de Alimentos, procurando avaliar o alcance do trabalho realizado por esse equipamento. Conforme se observa no Gráfico 15, a maior parte dos BAs atuantes nas Ceasas tem um alcance que vai

além dos municípios em que estão situadas. Um total de 17 BAs estão presentes nos municípios vizinhos contra 11 com alcance local. Essas características estão ligadas ao porte da Ceasa de referência.



GRÁFICO 15

LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS

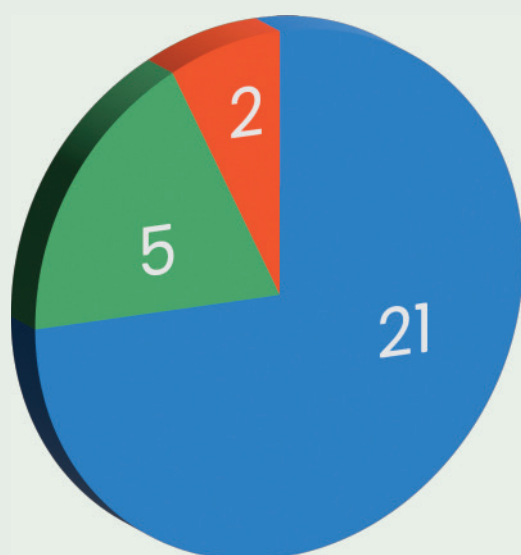


Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

O Gráfico 16, em seguida, apresenta um aspecto importante da operação dos BAs, que é a sua capacidade de organizar a logística das doações. Muitas instituições receptoras possuem veículos próprios de transporte, o que facilita a sua retirada na Ceasa. Todavia, instituições com maior precariedade necessitam receber os seus alimentos em bases semanais e as facilidades proporcionadas pela entrega dos alimentos faz toda a diferença, principalmente para instituições localizadas fora do município da Ceasa.

Observa-se pelo gráfico 16 que apenas 2 BAs entre os 28 da amostra fazem a entre-

ga exclusiva dos alimentos, outros 5 BAs fazem as entregas, mas também franqueiam as instituições para a retiradas. Essa informação contrasta fortemente com o dado recolhido anteriormente, apresentado no Gráfico 10, de que 15 BAs possuem veículo próprio para a realização de entregas. De outra parte, 21 BAs trabalham apenas com retirada de doações, o que limita muito o alcance desses equipamentos e impede ações rápidas ou emergências para o atendimento de crises de abastecimento.

**GRÁFICO 16****LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS**

- Ambas as Situações
- Faz a entrega das doações nas instituições cadastradas
- As instituições cadastradas retiram o alimento na sede do Banco de Alimentos

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS

Considerando-se os volumes doados pelos BAs pesquisados e comparando-os com a movimentação de cada Ceasa verifica-se que o seu desempenho está aquém do esperado.

O total doado pelos 29 Bancos de Alimentos soma 15,6 mil de toneladas anuais, representando uma pequena parcela de tudo que é perdido ou desperdiçado em uma Ceasa. Apenas como comparação, a maior operação aferida na pesquisa é a do Banco de Alimentos da Ceasa-PR que comercializou 475 mil toneladas de hortigranjeiros (em 2023, segundo o último dado do PROHORT) e, conseqüentemente, as doações de alimentos do Banco de Alimentos representaram apenas 0,7% desse total. Na Ceagesp, no entreposto da Capital-SP, maior Central Atacadista do Brasil, que movimentou em 2023 cerca de 3 milhões de toneladas de hortigranjeiros, as doações não

passaram de 0,04% do seu movimento. No total da amostra os 28 BAs articularam um total de 15,6 mil toneladas em 2024. Quando comparada à movimentação comercial dessas 28 Ceasas em 2024, que alcança um total de 12,0 milhões de toneladas chega-se a um coeficiente de recuperação de apenas 0,1%, segundo pode ser observado na Tabela 5. Embora essas unidades estejam perseguindo a eficiência, observa-se na prática que os Bancos de Alimentos vêm atuando apenas na superfície para os objetivos aos quais se propõem. Vale mencionar também que o volume de alimentos doados guarda um paralelo direto com o volume de alimentos recolhidos nas Ceasas, com baixo nível de desperdício dentro do Banco de Alimento. Na comparação entre essas duas cifras, a pesquisa chegou em uma diferença média, denominada de aproveitamento, da ordem de 85%.

**TABELA 5**

BANCOS DE ALIMENTOS EM MERCADOS ATACADISTAS: COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS E VOLUME DE DOAÇÕES. 2024

#	Município	UF	Total de produtos doados em ton/ano*	Comercialização (cereais, hortifruti e diversos) 2024 mil ton/ano	% Passa pelo BA	OBS
1	Curitiba	PR	3.392	465	0.73	
2	Campinas +	SP	3.234	586	0.55	
3	São Paulo	SP	1.355	3084	0.04	
4	São José	SC	1.257	309	0.41	*
5	Porto Alegre	RS	1.200	542	0.22	
6	Contagem	MG	902	1891	0.05	*
7	Rio de Janeiro	RJ	722	1896	0.04	*
8	Maracanaú	CE	720	520	0.14	
9	Bauru	SP	600	63	0.95	
10	Santo André	SP	464	138	0.34	*
11	Brasília	DF	350	317	0.11	*
12	São Luís	MA	300	135	0.22	*
13	Sorocaba	SP	256	150	0.17	
14	Piracicaba	SP	254	195	0.13	
15	Uberlândia	MG	167	246	0.07	
16	Teresina	PI	160	420	0.04	***
17	São José do Rio Preto	SP	150	106	0.14	
18	São José dos Campos	SP	80	136	0.06	
19	Araçatuba	SP	33	27	0.12	*
20	Araraquara	SP	16	309	0.01	
21	Franca	SP	7	13	0.06	
22	Ribeirão Preto	SP	2	195	0.00	
23	Marília	SP	2	13	0.01	
24	Caxias do Sul	RS	1	28	0.00	
25	Natal	RN	1	17	0.00	*
26	Poços de Caldas	MG	0	27	0.00	
27	Anápolis	GO	0	191	0.00	
28	Presidente Prudente	SP	0	53	0.00	
Total			15.623	12.072	0.13	

* Observações: +Ceasa e ISA, *2023, **2021, ***Informações do website

Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS





PRIORIDADES FUTURAS DOS BANCOS DE ALIMENTOS





Para identificar a hierarquia de prioridades para modernização de Bancos de Alimentos utiliza-se a metodologia conhecida como “Paradoxo de Condorcet” para comparar alternativas em situações onde há múltiplas opções, permitindo identificar preferências consistentes entre elas.¹²

Os índices foram calculados a partir das observações coletadas para cada item,

representando a relevância atribuída pelos entrevistados. Essas observações foram normalizadas, calculando a proporção de cada item em relação ao total observado. Além disso, utilizamos princípios do Paradoxo de Condorcet, que se baseia em comparações par-a-par para identificar a preferência relativa entre alternativas, garantindo coerência na hierarquização dos itens conforme tabela seguinte.



TABELA 6

PRIORIDADES PARA O FUTURO DOS BAS: PONDERAÇÃO E RESULTADOS
RESULTADOS

Item	Obs.	Índice (%)	Proporção Normalizada
Reforma física das instalações	81.0	30%	0.30
Capacitação/Treinamento de pessoal	54.0	20%	0.20
Contratação de pessoal	40.5	15%	0.15
Veículos para Operação	40.5	15%	0.15
Equipamentos de limpeza, preparação/ conservação de alimentos	27.0	10%	0.10
Recursos tecnológicos de comunicação e informática	27.0	10%	0.10

Os resultados detalhados reforçam que ‘Reforma física das instalações’ (30%) é a maior prioridade, com maior número de observações e índice de relevância. A normalização demons-

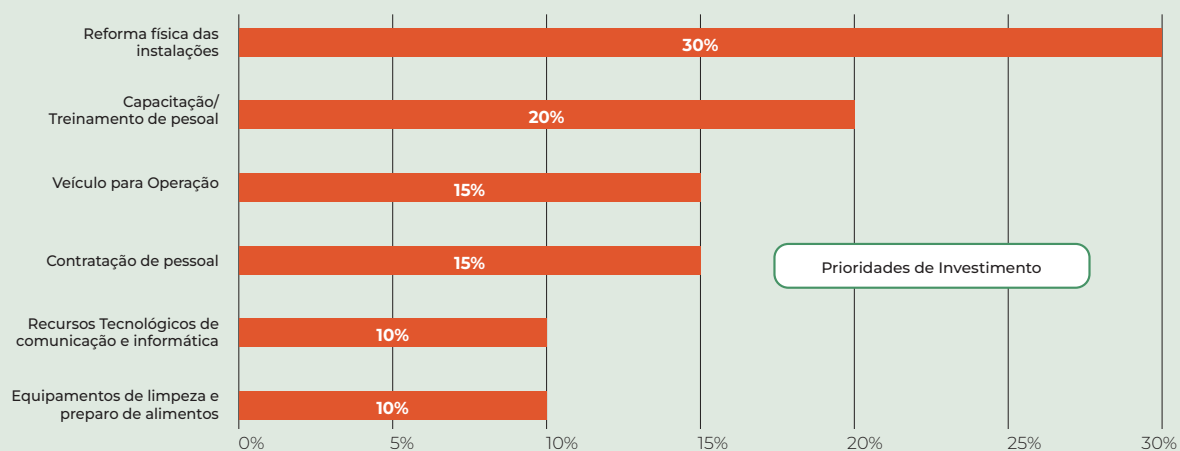
tra que este item representa 30% do total de observações feitas. ‘Capacitação / Treinamento de pessoal’ (20%) e ‘Contratação de pessoal’ (15%) seguem em importância.

¹² As vantagens do Paradoxo de Condorcet incluem a capacidade de identificar ciclos incoerentes nas preferências coletivas, tornando possível priorizar alternativas de maneira lógica e alinhada com os dados coletados. Além disso, ele assegura que a alternativa vencedora seja preferida em comparação direta com todas as outras, caso exista tal alternativa. A respeito ver Brandt, F., Conitzer, V., Endriss, U., Lang, J., e Procaccia, A. D. (2016). Handbook of Computational Social Choice.



GRÁFICO 12

ÍNDICES DE PRIORIDADES PARA INVESTIMENTO



Fonte: Pesquisa FAO-ABRACEN-MDS





CONCLUSÕES





Ao logo desse documento procurou-se demonstrar que os Bancos de Alimentos surgiram no Brasil a partir de pressões decorrentes dos movimentos sociais e da conjuntura econômica adversa dos anos 1990. O componente ambiental se incorpora ao discurso dos Bancos de Alimentos já nas últimas décadas a partir do clamor internacional e dos compromissos firmados na Conferência Rio+20 (2012), no Acordo de Paris (2015) e na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável (2015). Nessa última reunião, foi acordado que a preocupação com a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos ganharia um Objetivo e uma Meta a ser alcançada em 20230.

No caso das Ceasas brasileiras, verificamos que ocorreu uma primeira onda de criação de Bancos de Alimentos no início dos anos 2000 que segue até o ano de 2016, sendo a motivação principal era a de atender as demandas colocadas pelo Governo Federal com o Programa Fome Zero – envolvendo inclusive estados e municípios. Nesse período já estavam em operação também alguns Bancos de Alimentos independentes como os municipais, Mesa Brasil do SESC e ONGs e as Ceasas vislumbravam na instituição de Bancos de Alimentos uma boa solução para a redução do descarte de alimentos ao mesmo tempo que se promovia o acesso de populações vulneráveis do entorno à comida de qualidade.

Historicamente, houve uma segunda onda a partir de 2017 motivada pela situação de degradação social que ocorre a partir de então. Destaque deve ser feito à criação de Bancos durante o período da pandemia pela COVID 19 que teve motivação humanitária, mas também responde à necessidade de dar encaminhamento a grande quantidade de excedentes não comercializados nos mercados atacadistas.

De modo geral, o envolvimento direto das Ceasas na concepção dos BAs é uma característica brasileira virtuosa e inovadora, que passa a influenciar outros mercados – principalmente no continente latino-americano. Como vimos, na Europa, os BAs são independentes da gestão de cada entreposto e operados exclusivamente por ONG e voluntariado.

O presente estudo reforça a necessidade de criação de Bancos de Alimentos nas Ceasas brasileiras demonstrando tanto o seu potencial quanto suas fragilidades diante dos desafios. Os resultados da pesquisa mostram também que a operação de um equipamento moderno e eficiente exige uma série de requisitos para os quais muitas Ceasas não estão preparadas: não possuem pessoal técnico dedicado em quantidade suficiente, não realizam trabalhos contínuos de orientação com os comerciantes e não realizam o aproveitamento integral do que é descartado com a seleção dos diversos graus de deterioração do alimento doado para com-

postagem, reaproveitamento e a destruição daquilo que não pode ser considerado alimento.

O credenciamento de instituições receptoras para a administração das doações e, até mesmo, a “terceirização” do Banco de Alimentos (pelo SESC Mesa Brasil, por exemplo) pode ser um caminho a ser melhor explorado. Atualmente, esse movimento ainda é incipiente e deve ser avaliado tendo em vista a perda de controle das Ceasas sobre uma atividade que pode ser fundamental para a sua operação e planejamento.

As informações recolhidas no Banco de Alimentos são únicas e fundamentais para que se possa detectar problemas na comercialização dos alimentos no entreposto. O conhecimento dos dados de descarte por tipo de produtos por período pode proporcionar um panorama bastante fiel das dificuldades no abastecimento e dos produtos comercializados. No quadro mais geral, tendo em vista que a maioria das Ceasas é controlada por governos e outros organismos paraestatais, a atuação dos Bancos de Alimentos é um componente de suma importância para uma política universal de garantia de Segurança Alimentar e Nutricional atendendo o público mais vulnerável e passando informações sobre reaproveitamento de alimentos e nutrição para a população.

Por último, essa pesquisa apontou que as principais demandas para o desenvolvimento de uma ação conjunta de Bancos de Alimentos em Ceasas está na necessidade de reformar as instalações, seguido pela capacitação de pessoal e novas contratações. O resultado denota que a instalação dos Banco de Alimentos nas Ceasas ainda demanda investimentos para cumprir seu potencial, sendo que apenas a metade dos BAs aten-

de os três requisitos de contar com pessoal próprio exclusivo, ter espaço e estrutura para seleção de alimentos e operar com câmara fria.

A não existência de veículo próprio pode ser contornada com as parcerias com ONGs ou instituições receptoras, ou mesmo a utilização de sistema informatizado pode não ser necessário em um pequeno Banco de Alimentos. Todavia, os três requisitos acima são decisivos para uma boa operação dos Bancos de Alimentos.

Vale ressaltar que muitos chamados “Bancos de Alimentos” possuem uma operação bastante ágil e eficiente sem a existência de Câmara Fria, veículo frigorificado e toda a cadeia de frio realizando a distribuição “just-in-time” de alimentos frescos. Esse modelo, denominado de “Colheita Urbana”, como foi tratado no texto, é muito importante enquanto ação de Segurança Alimentar e como resgate do alimento descartado, entretanto apresenta grandes dificuldades logísticas para a operação em uma Ceasa de médio ou grande porte.

Algumas recomendações emergem desse estudo, a saber:

O Banco de Alimentos em um mercado atacadista de alimentos é um equipamento fundamental para a execução do apoio às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e para a redução das Perdas e Desperdícios de Alimento. Toda Ceasa deveria abrigar um equipamento dessa natureza.

As informações extraídas da operação dos Bancos de Alimentos são verdadeiros “marcadores” da situação da comercialização nas Ceasas que devem ser monitorados o tempo todo. Esses dados permitem corrigir pro-

blemas quanto a oferta, tipo de embalagem, manipulação e conservação dos produtos apoiando o planejamento do entreposto e sua relação com os comerciantes;

Os Bancos de Alimentos podem oferecer grande variedade de serviços como serviços de alimentação, cursos de treinamento e serviços sociais que são fundamentais para a relação com a comunidade do entorno.

Deve-se padronizar as estatísticas e as operações de Bancos de alimentos de forma a se garantir um histórico comparativo das diversas unidades. Esse trabalho deve ficar ao cargo de uma entidade superior como a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (RBBA) ou a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (ABRACEN).



REFERÊNCIAS



Basilico, N. e Figueroa, D. (2020) Los Bancos de Alimentos y su rol en el contexto de la pandemia del COVID-19. Estudios Sociales. Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional. Hermosillo, Mexico ene/jun 220 vol 30 no.55

BELIK, Walter. (2023) Inovações para a promoção do acesso aos alimentos por meio de organizações da Sociedade Civil no Brasil. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 30, n. 00, p. e023019, 2023.

Belik, W. Cunha, A. R. A. A. e Costa, L. A. (2012). Crise dos Alimentos e Estratégias para a Redução do Desperdício no Contexto de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas, 38: 107-132.

Brasil. Tribunal de Contas da União (2005). Avaliação do Programa Banco de Alimentos / Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2005.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007) Banco de Alimentos: roteiro de implantação. Brasília

Brundtland, Gro Harlem. (1991) Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Costa, Luciana et al. (2014) Capacidade de resposta de Bancos de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. Revista baiana de Políticas Públicas. Salvador. v. 38 n. 1 (2014)

Cunha, Altivo R. A. A (2010). O sistema atacadista alimentar brasileiro: origens, destinos. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp (tese de doutoramento)

Curralero, Cláudia R. Baddini (2012). O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: Uma análise do Progres e Bolsa Família. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp (Tese de Doutorado)

Cunha, Altivo R. A. A. (2017). Mercados mayoristas en América Latina y el Caribe. Fortalecimiento a los Sistemas Públicos de Comercialización y Abastecimiento de Alimentos en América Latina y el Caribe – SPAA” - TCP/RLA/3509. FAO. 2017. Santiago, Chile.

Densley, B.; SANCHES-MONJO, E. (1999). Managing Wholesale Market: A Manual. FAO Agricultural Services Bulletin, 140. Rome.

FAO y FLAMA. (2020). Mercados mayoristas: Acción frente al COVID-19 – 09/10/2020. Boletín N° 5. Santiago. <https://doi.org/10.4060/cb1496es>

Freitas, Beatriz I. P. (2006) O desperdício de alimentos na central de abastecimento de Goiânia: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e alternativa para solução. Dissertação (mestrado) Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Produção Sustentável, 2006.

Garcia, Mariana Tarricone; et al. (2022) Avaliação dos Bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021034, 2022.

Green, Raul H. (2003) Mercados mayoristas: ¿El inicio de una nueva era? Distribucion y consumo. Mercasa Nov. dec. 2003. Madrid. ES.

Green, Raul H. 1994 Inovaciones Organizacionales y Dinamica del Sector Alimentario, INRA Laboratoire d'Economie industrielle Agro-Alimentaire , Ivry-sur -Seine , 1994

Green, Raul H. (1993) . La distribución alimentaria em Europa. INRA, Laboratoire d"economie Industrielle Agro-Alimentaire. Ivry-sur -Seine, 1993

Green, R., Gutman, G. Rocha dos Santos, R. (1992) Argentine, Brasil: la Distribution de Produits Alimentaires . Problemes D'Amerique Latine no. 6 jul-sept. 1992 pp. 83-101

Gustavsson, J., Cederberg, C., Sonesson, U., van Otterdijk, R. & Meybeck, A. (2011). Global Food losses and waste, FAO, Rome

Kantor, Linda Scott; Lipton, Kathryn; Manchester Alden, and Oliveira, Victor. (1997) Estimating and Addressing America's Food Losses. Food Review Jan- Apr 1997. Pp2-12.

Lavinas, Lena (2013) Notas sobre os Desafios da Redistribuição no Brasil. In: Fonseca. A.; Fagnani E.. (Org.). Políticas Sociais, Desenvolvimento e Cidadania. 1ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, v. 1, p. 99-146.

Lima, Dag Mendonça (2019). Avaliação do desperdício na logística de distribuição e comercialização de hortifrutícolas: uma análise do entreposto atacadista CEASA-CAMPINAS. Dissertação Mestrado. Unicamp, 2019

Lipinski, B., Hanson, C., Lomax, J., Kitinoja, L., Waite, R. & Searchinger, T. (2013). Reducing Food Loss and Waste. Installment 2 of "Creating a Sustainable Food Future, WRI, WORKING PAPER - June 2013

Machado K.S.O, Gentil P. (2018) Bancos de alimentos: oportunidades e desafios. In: Melo EV. Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; 2018. p. 161-180.

Mercasa (2016). Distribución y Consumo 14 .2016 - Vol. 2. Madrid.

Moraes, Mario (2015) CEASA: a organização do abastecimento de alimentos e a desigualdade em Uberlândia. MG. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História

Mukay & Kimura (1986) MUKAI, M.K.; KIMURA, S. Investigação das práticas pós-colheita e desenvolvimento de um método para análise de perdas de produtos hortícolas. Viçosa: CEN-TREINAR, 1986. 253 p.

Organização das Nações Unidas (ONU) (1995) - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995

Organização das Nações Unidas (ONU) Rio+20. United Nations Conference on Sustainable Development - The future we want. Rio de Janeiro, 2012

Parfitt, J., Barthel, M. & Macnaughton, S. 2010. Food waste within food supply chains: 34 quantification and potential for change to 2050. Philosophical Transactions of the Royal Society 35 B: Biological Sciences, 365(1554): 3065–3081.

Ravaillon, Martin (2013). The idea of antipoverty policy. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. NBER Working Paper Series. (Working Paper 19210 <http://www.nber.org/papers/w19210>)

Realino, Marco A.A. (2016) Análise da institucionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na CEAGESP: O caso do CEASA de Araraquara (SP) Dissertação (Mestrado São Carlos). UFSCar, 2016.

Ribeiro, Evandro A. (2011). Gestão de 4 redes de cooperação: Estudo da parceria ceasinha-Banco de Alimentos em Ribeirão Preto. SP. Dissertação de mestrado. FEA/USP

Salay, Adriana (2023). Josué de Castro e o sentido moderno da Fome In: Graziano da Silva, J et al. (orgs) Josué de Castro e a Diplomacia da Fome . Brasília: FUNEG. pp. 61-92

Santos, M. C. S., & Ribeiro, R. C. L. (2010). “Banco de Alimentos: uma estratégia de combate à fome e ao desperdício. Revista de Nutrição, 23(2), 283-292.

Tsunechiro et al. (1994) Avaliação econômica das perdas de hortaliças e frutas no mercado varejista da cidade de São Paulo, 1991-92. Agricultura em São Paulo, SP, 41(2):1-15, 1994. IEA

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri –UFVJM (2021) AVALIAÇÃO NACIONAL DE BANCOS DE ALIMENTOS. Relatório Técnico-Científico

Vilela, N.J.; Lana, M.M.; Makishima, N. (2013) O peso da perda de alimentos para a sociedade: o caso das hortaliças. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 21, n. 2, p. 141-143, abril/junho 2003.



